



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

Dispositivos Legais da Inclusão

CLEUZELENE FERNANDES DE SOUZA

ORIENTADORA: MESTRA SUSANA SILVA CARVALHO

BRASÍLIA/2011

CLEUZELENE FERNANDES DE SOUZA

Dispositivos Legais da Inclusão

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Polo de Ipatinga-MG.
Orientadora: MESTRA SUSANA SILVA CARVALHO

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEUZELENE FERNANDES DE SOUZA

Dispositivos Legais da Inclusão

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ORIENTADORA: Ms SUSANA SILVA CARVALHO

EXAMINADORA: Ms SANDRA JAQUELINE BARBOSA

ALUNA: CLEUZELENE FERNANDES DE SOUZA

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que acreditam que ensinar não é impossível, é dom, é presente.

Dedico especialmente a todos que mesmo diante das dificuldades jamais desistiram de fazer sempre o possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus colegas de profissão que com muito carinho colaboraram para a confecção e o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço à direção das escolas que incentivaram aos professores a participarem deste momento de discussão tão importante.

Agradeço a Deus pela força, pela saúde e porque “sem ele nada do que foi feito se fez”.

RESUMO

Este é o resultado de uma pesquisa de campo em duas escolas públicas de Ipatinga a respeito do conhecimento dos profissionais da educação sobre a legislação educacional pertinente a educação inclusiva e, sobretudo sobre a formação dos professores para trabalhar com alunos com NEE. Para contrapor e esclarecer dúvidas e informações foi feita uma pesquisa sobre a legislação educacional e sobre inclusão. O objetivo deste trabalho foi apresentar uma reflexão a respeito das leis que norteiam a educação no Brasil; verificar se os professores conhecem a legislação sobre educação inclusiva, sobretudo da educação especial; pesquisar se as escolas e professores estão preparados para a inclusão de alunos com NEE em classes regulares. Para tal foi aplicada a metodologia de pesquisa qualitativa com utilização de um questionário e entrevistas semi-estruturada (Franco (1986, p.36)). O estudo revelou que a maioria dos professores conhece parcialmente a legislação e consideram importante aprofundar-se ainda mais sobre o assunto. Revelou que quase 100% dos professores das escolas pesquisadas possuem curso em nível superior, porém não foram capacitados para trabalhar com escola inclusiva, sobretudo com alunos com NEE. Demonstrou que as escolas não oferecem infraestrutura adequada para a inclusão e que a família pouco participa da vida escolar. Apesar da falta de capacitação e do despreparo das escolas os professores tem desenvolvido suas propostas educacionais embora ainda não seja possível garantir o pleno desenvolvimento do aluno.

Palavras chave: Legislação – Inclusão Escolar – Formação de Professores

SUMÁRIO

RESUMO	5
APRESENTAÇÃO	8
I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1 Visão de Inclusão	14
1.2 Movimento pela inclusão	15
1.3 O que a legislação define	17
1.4-Contradições na legislação sobre educação	24
II-OBJETIVOS	26
III-METODOLOGIA	27
3.1 Fundamentação teórica da metodologia	27
3.2 Contexto da pesquisa	30
3.3 Participantes	31
3.4 Materiais	32
3.5 Base para construção de dados	33
3.6 Instrumentos utilizados	34
3.7 Procedimentos de construção e análise de dados	34
3.8 Procedimentos de análise de dados	35
IV-RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1 Entrevista	35
4.2-Análise dos resultados	48
4.3-Questionário	53
V-CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	69
ANEXO	72
1. Termo de aceite Termo de consentimento livre esclarecido	72
2. Carta de apresentação	74
3. Questionários	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n.1 - O que significa inclusão	53
Gráfico n.2 - O que faz uma escola ser inclusiva	54
Gráfico n.3 - Legislação sobre inclusão	54
Gráfico n.4 - Capacitação para o trabalho docente	55
Gráfico n.5 - Capacitação para trabalhar com alunos com NEE	55
Gráfico n.6 - Currículo acadêmico	56
Gráfico n.7 - Importância da formação acadêmica	56
Gráfico n.8 - Cursos de formação e aperfeiçoamento para lidar com NEE	57
Gráfico n.9 - Participação em curso de capacitação	57
Gráfico n.10 - Dia-a-dia com o aluno com NEE	58
Gráfico n.11 - A profissão e suas dificuldades	58
Gráfico n.12 - O professor e suas limitações	59
Gráfico n.13 - Diferença entre escola inclusiva e socializadora	59
Gráfico n.14 - Característica da enturmação nas escolas	60
Gráfico n.15 - O projeto político pedagógico e suas orientações	60
Gráfico n.16 - Currículo e planejamento	61
Gráfico n.17 - Formas de avaliação	61
Gráfico n.18 - Recursos oferecidos pela escola	62
Gráfico n.19 - Relação aluno colega	62
Gráfico n.20 - Relação família escola	63

APRESENTAÇÃO

Proponho com o desenvolvimento deste trabalho apresentar uma reflexão a respeito das leis que regem a educação nacional, mais especificamente as que regem a Educação inclusiva, desde a educação especial a educação de jovens e adultos, além de discutir sobre a necessidade de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação.

Busco embasar teoricamente sobre as leis que regem e orientam a Educação Nacional, mais especificamente no âmbito da Educação Inclusiva, esclarecendo o conceito inclusão e como esse fenômeno ocorre, identificando os fatores que impedem que a Educação Inclusiva possa ser de fato implantada nas Escolas Públicas Brasileiras e como isso pode resultar em impulso para desenvolvimento do cidadão.

Todo profissional que se disponha a trabalhar com educação precisa conhecer a legislação educacional e compreender a realidade dos elementos que fazem parte da estrutura legal de uma instituição de ensino. Para que estejam aptos para desenvolver um projeto com ideais de inclusão, torna-se necessário que a Legislação e orientações que auxiliam na implantação da Educação Inclusiva sejam estudadas e compreendidas.

É importante que o professor em conjunto com a equipe da escolar reflita sobre a legislação, a estrutura curricular oferecida e a compatibilidade com a estrutura cognitiva, afetiva e social do aluno.

Entretanto é necessário para garantir a inclusão e a qualidade na educação, desenvolver um projeto de assessoria pedagógica que seja composta por pedagogo, equipe diretiva, especialista e professor monitor que assegure, além da execução da proposta pedagógica, uma fiscalização que tenha como objetivo a padronização do ensino além de colaborar para a criação de uma escola autêntica, autônoma e sem artificialismo e que possa atender a todos.

De acordo com LDBEN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9394/96, alunos com necessidades educacionais especiais devem ter garantido sua inclusão na rede regular de ensino, como dever do estado. Neste aspecto deve-se incluir não só o aluno com deficiência física ou mental, mas também todos os outros alunos que de uma maneira ou de outra necessitam de um olhar diferenciado, que ofereça igualdade de oportunidade, daí a importância de se pensar na construção de uma escola com ideais inclusivos, pois o movimento pela inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino.

Objetivando a promoção da inclusão faz-se necessário uma visão mais globalizada da educação. É necessário entender o que de fato significa escola inclusiva, pois a escola, para promover a inclusão não pode restringir ao atendimento do aluno com o objetivo apenas à convivência social. É fundamental, romper com as atitudes ultrapassadas, pois a inclusão total deve ir além e zelar pela aprendizagem significativa e ambientação socializadora, seja da criança com necessidades educacionais especiais, do menor infrator, do indígena ou do adulto que tenta superar o tempo perdido. Deve trazer para o universo da escola a oportunidade do aluno se desenvolver de maneira que esteja preparado para a vida em sociedade.

A preocupação com inclusão deve ultrapassar os limites da sala de aula e circular todos os setores da escola, principalmente o administrativo, que deverá ser capaz de entender a legislação pertinente aos diferentes tipos educação, para que possa orientar e fiscalizar no que se refere ao atendimento da demanda escolar visando à execução de um projeto educacional que inclua e ensine com respeito e qualidade.

A preparação da escola para atender ao aluno em suas especificidades começa no ato da matrícula: ***não deve haver restrições para que seja aceita***, no entanto, é importante garantir que algumas informações a respeito do aluno possam ser passadas, principalmente para que o aluno possa ser inserido em um ambiente no qual esteja confortável e apresente possibilidade para o seu pleno desenvolvimento.

Entretanto os responsáveis pela solicitação de matrícula, na maioria das vezes com receio de não ser atendido deixam de passar as informações necessárias, mesmo assim é importante insistir para que tais informações cheguem.

Entre os profissionais da educação há pouca compreensão sobre o processo da inclusão, além de pouca preocupação com o cumprimento do que determina a legislação escolar, no entanto é importante que o professor em conjunto com a equipe escolar reflita sobre a legislação, a estrutura curricular oferecida e a compatibilidade com a estrutura cognitiva, afetiva e social do aluno, mais especificamente sobre a legislação no âmbito da Educação Inclusiva além de esclarecer o que é inclusão e como esse fenômeno ocorre identificando os fatores que impedem que a Educação Inclusiva possa ser de fato implantada e como isso pode resultar em impulso para desenvolvimento do cidadão.

Minha convivência com o setor escolar desde a promulgação da nova LDB tem sido muito efetiva. Desde o ano de 1993 trabalho em secretaria de escola pública atuando com admissão de alunos (matrícula escolar) além de trabalhar paralelamente como professora regente de turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental ou como regente de aulas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. É notória a dificuldade na aceitação de uma matrícula de um aluno que necessite de atendimento educacional especial. Mesmo para alunos que já ultrapassaram a faixa etária ano/série, às vezes são convidados a se encaminharem para outro sistema de ensino.

Percebe-se que algumas escolas não recebem o aluno que declara ser portador de alguma necessidade educacional especial, principalmente os portadores de transtornos globais do desenvolvimento ou mesmo deficientes auditivos e visuais. Porém é necessário observar a legislação para que seja compreendido que o aluno não perde o direito ao acesso e permanência na escola devido às suas limitações. Cabe a escola preparar para que este aluno tenha o seu direito garantido.

Outro aspecto observado nesta pesquisa é com relação à formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais para atuar em escola inclusiva. Apresento neste trabalho algumas orientações legais no que se refere ao que seja

um profissional habilitado ou capacitado para o trabalho em escola inclusiva sobretudo para atuar com alunos com NEE.

Pesquisar sobre este tema envolveu-me não só no ponto de vista de pesquisadora que tem interesse no assunto, mas também como cidadã inserida há mais de 30 anos em uma comunidade de periferia que geralmente tem os seus direitos violados. O interesse em discutir este assunto foi também devido a minha atuação como profissional na área administrativa de uma escola da rede estadual de ensino e por estar sempre em contato com as famílias que buscam uma escola capacitada a receber seus filhos, independente de suas limitações.

Outro fator que também contribuiu é o fato de atuar como professora de para alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede municipal e geralmente receber alunos adolescentes ainda não alfabetizados cuja instituição ou profissionais que tiveram oportunidade de conviver com estes alunos seja por negligência, despreparo ou desconhecimento de sua real situação dos mesmos não ofereceu a atenção e atendimento adequado no momento certo.

Na minha trajetória profissional, especificamente na área educacional, sempre trabalhei em escola pública de periferia e vivenciei nestes dezessete anos de trabalho a experiência da mudança de legislação da educação bem como das diferentes propostas educacionais implantadas de cima para baixo. Pude compreender como estas legislações funcionam principalmente no aspecto administrativo no âmbito escolar.

Neste período pude observar como é importante o engajamento do educador e do profissional da educação em conhecer a legislação, efetivamente para conhecer a forma de organização da atividade educacional a fim de pensar acerca das alternativas de diferenciação pedagógica principalmente frente à realidade que, ao tratar todos os alunos como iguais, transformam as diferenças e as desigualdades, neste sentido leva a pensar a inclusão como alternativa viável, que inclui todas as pessoas numa realidade dos mesmos direitos.

Neste aspecto o que me despertou para esta pesquisa foram as seguintes perguntas:

- Será que os professores e profissionais da educação conhecem a legislação sobre a Inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais?
- Os professores em exercício estão preparados para trabalhar com esses alunos?
- O poder público tem investido em políticas de formação e aperfeiçoamento profissional para os profissionais da educação que trabalham com Educação Inclusiva?
- Os cursos de graduação têm preparado os profissionais para trabalhar com alunos de uma maneira em geral e especificamente os com NEE?

Para tanto apresentei como objetivo geral desta pesquisa:

- Realizar uma pesquisa que possa oferecer subsídios para embasamento teórico sobre as leis que regem e orientam a Educação Nacional, mais especificamente no âmbito da Educação Inclusiva, esclarecendo o que é inclusão e como esse fenômeno ocorre, identificando os fatores que impedem que a Educação Inclusiva possa ser de fato implantada nas escolas, principalmente nas Escolas Públicas e como isso pode resultar em impulso para desenvolvimento do cidadão.

O objetivo geral foi complementado pelos objetivos específicos:

- Verificar o nível de conhecimento dos professores envolvidos no processo inclusivo a respeito da legislação da educação especial;
- Conhecer a legislação que normatiza projetos educacionais voltados à inclusão escolar do aluno com NEE;
- Saber se os professores são capacitados para trabalhar com AEE;
- Apresentar uma síntese das leis que norteiam a Educação Especial;
- Apresentar o resultado de uma pesquisa com os professores especialmente com aqueles diretamente envolvidos com alunos da educação especial sobre o conhecimento dos mesmos em relação aos marcos legais do ensino especial, sobre sua formação profissional e propostas pedagógicas para a educação inclusiva.

Por este um trabalho ter como objetivo informar sobre a legislação educacional, sobretudo no que se refere à educação inclusiva, toda sua execução foi pautada na legislação educacional e na observação de como as escolas e professores tem seguido e colocado em prática estas orientações. Neste sentido não há nenhum capítulo que tenha assunto específico, pois a legislação a todo o momento é retomada e rediscutida.

Consta como ponto para reflexão uma análise referente apresentação do resultado de uma pesquisa com os professores de duas escolas públicas de Ipatinga-MG a respeito do conhecimento dos mesmos em relação às leis que orientam a educação nacional especificamente sobre a educação inclusiva. Além de identificar qual é o nível de formação profissional dos professores envolvidos na pesquisa demonstro estatisticamente qual é o índice de professores que estão preparados para atuar com educação inclusiva, especialmente daqueles diretamente envolvidos com alunos da educação especial.

A partir do resultado da pesquisa apresento uma reflexão que tem como objetivo subsidiar discussões que auxiliem para que diferentes projetos educacionais, sobretudo aqueles que visam à inclusão do aluno ou mesmo a implantação de diferentes propostas pedagógicas que tem como objetivo solucionar as dificuldades mais comuns de aprendizagem principalmente com relação aos alunos com NEE possam ser implementadas.

Objetivamente são apresentados alguns artigos da LDBEN 9394/96 de 20/12/1996, Decreto 5296/2004 que estabelece normas gerais para acessibilidade, Constituição de 1988, a Lei nº 10.436/2002, da Resolução nº4, Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), CEB Nº 2, na Resolução SEESP/MEC; 01/2008, Decreto nº 5.626/05 CNE/CEB, Lei Federal Lei nº 11.301 de 2006, contrapondo a algumas ideias apresentadas pelos participantes da pesquisa.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1- Visão de Educação

Podemos começar a pensar a educação analisando o seguinte fato histórico citado por Claudino Piletti, p.11, 1990, baseados em escritos de Benjamin Franklin:

Por ocasião do tratado de Lancaster, na Pensilvânia (Estados Unidos), no ano de 1744, entre o governo da Virgínia e as seis nações indígenas, os representantes da Virgínia informaram aos índios que em Williamsburg havia um colégio dotado de fundos para educação de jovens índios e que, se os chefes das seis nações quisessem enviar meia dúzia de seus meninos, o governo se responsabilizaria para que eles fossem bem tratados e aprendessem todos os conhecimentos do homem branco.

Certamente a essa oferta, o representante dos índios respondeu que apreciava muito a oferta e o tipo de educação dada naquele tipo de instituição, mas que, no entanto o cuidado que eles tinham com seus jovens era especial e que se estes jovens permanecessem entre eles por algum tempo, certamente geraria um grande custo.

Naquele momento os sábios entenderam que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, ficou claro que a visão de educação entre os povos não era a mesma. É possível concluir que não há uma forma uniformizada e nem um único modelo de educação. Em cada sociedade ou país existe de uma maneira diferente. Cada país, cada sociedade tem realidades e valores diferentes e, por isso, tem uma concepção diferente de educação.

A ideia de educação de cada povo depende, portanto, da sua realidade concreta de seus valores, neste sentido os ideais da escola inclusiva devem estar pautados neste princípio: incluir o aluno na escola sem excluí-lo de sua sociedade.

Quando o objetivo fundamental da escola é a inclusão total, um fator extremamente importante a ser observado é com relação a habilitação e formação dos profissionais, no entanto observa-se que não há clareza entre os profissionais sobre o que é um profissional habilitado para trabalhar em escola inclusiva

sobretudo com alunos com necessidades educacionais especiais, mais especificamente com a formação do profissional no atendimento Educacional Especializado – AEE.

Outro aspecto observado entre os profissionais da educação é a pouca preocupação com relação à legislação que orienta a educação de uma forma em geral, entretanto observa-se que há entre um grupo significativo de pesquisados a preocupação em recorrer a legislação principalmente para garantir atendimento tanto do ponto de vista da formação dos profissionais quanto para atendimento dos próprios alunos.

Na busca da inclusão educacional total há necessariamente exigência de atitude de colaboração de todos no processo. Esta colaboração é necessária desde os colegas em relação aos alunos integrados, da participação da família, da comunidade, e, sobretudo de atitudes de bom senso e colaboração das entidades educacionais em cumprir ao que determinada a legislação principalmente o que define o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 que define em linhas gerais que a “A educação é dever do Estado e da família”.

1.2-Movimento pela Inclusão

Um momento importante para a humanidade foi o da Declaração de Salamanca. Foi consenso mundial de que havia necessidade de realizar mudanças fundamentais na educação, com o propósito de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender as necessidades de cada criança respeitando a individualidade, principalmente ajustando as necessidades, sejam elas físicas, linguísticas, sociais, as de minorias étnicas, com dificuldade de aprendizagem, daquelas com deficiências físicas ou com mobilidade reduzida, daquelas que vivem a margem da sociedade, dos que necessitam de educação infantil, EJA, etc.

Na declaração de Salamanca ficou estabelecido que o estado devesse assegurar a educação as pessoas com deficiências e que elas devem ser integradas ao sistema educacional, rede regular de ensino, que esses sistemas de ensino devem garantir que programas educacionais sejam implementados, considerando a diversidade de características e necessidades.

A partir da Declaração de Salamanca a Inclusão vem sendo discutida a partir do princípio que estabelece o direito de todo cidadão a educação. Assim passa a ser entendida como o processo pelo qual a escola se modifica para receber alunos com dificuldades ou necessidades educacionais especiais. Além disso, cabe a escola manter em harmonia todas as diferenças existentes em sala de aula. De toda forma, ainda não está claro que haja compressão sobre o que é inclusão, podemos tomar emprestada a fala de Sassaki (1997):

“A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente uma sociedade para todos”.

No Brasil 5% da população são de portadores de alguma necessidade educacional especial, cerca de 10% da população mundial é vítima de alguma deficiência. A pessoa com necessidades educacionais especiais tem direitos garantidos para que possa ser respeitada sua dignidade, neste sentido:

Art. 8º - Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:
I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a matrícula de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (Lei nº 7853 de 24/10/1989)

A inclusão na educação tem a ver com a inclusão total, incondicional de todos os alunos as escolas, como cita a Declaração de Salamanca: ultrapassa o âmbito dos alunos com deficiências, englobando-os sem dúvida.

Art. 59 LDBEN 9394/96 dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, terminalidade específica para os alunos que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência, especialização de professores em nível médio e superior e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios sociais.

A LDBEN definiu o espaço da educação especial na educação escolar, mas não mencionou os aspectos avaliativos em nenhum item e esta ausência gera preocupações, pois não se sabe o que fazer a respeito – podem-se proteger esses

alunos com parâmetros específicos para esse fim, como os equiparar ao que a lei propõe para todos.

Sobre a terminalidade específica dos níveis de ensino, o texto da lei fica também muito aberto, principalmente no que diz respeito aos critérios pelos quais se identifica quem cumpriu ou não as exigências para a conclusão desses níveis e o perigo é que a idade venha a ser o indicador adotado.

Portanto há entre as escolas dificuldade em compreender como colocar em prática a terminalidade devido a inexistência de padrão mínimo para avaliação.

1.3-O que a legislação define

A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001, Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em conformidade com o disposto no Art. 9º, § 1º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Capítulos I, II e III do Título V e nos Artigos 58 a 60 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, institui no Art. 1º as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades e afirma ainda no parágrafo único que:

“O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”.

O Art. 2º desta resolução diz que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Neste mesmo Art. em seu Parágrafo único, especifica que os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o

estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

O Art. 7º diz que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

No Art. 8º diz que as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns, com professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos e ainda com distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade.

Define ainda que seja necessária flexibilidade e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola respeitado a frequência obrigatória.

No inciso IV especifica que as escolas deverão contar com serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante a atuação colaborativa de professor especializado em educação especial, atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis, atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente, disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

Define ainda em seu inciso V que as escolas contarão com serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.

Outro aspecto abordado por esta Resolução é a respeito a organização do tempo escolar para os alunos com NEE. No Inciso VIII do Art. 8º define que

deverá ser estabelecida a temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série.

As dificuldades de aprendizagem podem ser manifestadas mesmo antes do início dos processos de aprendizagem escolar, ou estes ainda podem ser apresentados quando se é exigido do aluno a realização de atividades das quais não estão preparados. Assim do ponto de vista da maturidade os alunos necessitam de mais tempo realizar a tarefa proposta, o ideal é que se respeite este tempo e que se dedique a atividades evolutivamente mais interessantes ou academicamente mais úteis.

O Art. 12 da Resolução Nº2 orienta que os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação - incluindo instalações, equipamentos e mobiliário - e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários e estabelece:

§ 1º Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estrutura definidos.

No Art. 15 da referida Resolução fica claro que a organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

No Art. 18 da Resolução Nº 2 fica estabelecido que seja de responsabilidade dos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento

de suas escolas, a fim de que essas tenham as suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena e ainda especifica:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências (...)

Sobre formação de professores, de acordo com Souza e Silva (2005), é crucial a afirmação de que, a cada dia, se faz mais urgente a qualificação profissional para se trabalhar na perspectiva da inclusão social. Esta é uma nova tendência que vem ganhando espaço em diferentes países num processo permanente de debates das questões práticas e teóricas para que os professores sejam capazes de responder às tarefas que decorrem do processo de inclusão.

Segundo Mittler (2003, p. 35), “A inclusão implica que todo professor tem o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”, no entanto a Resolução define que são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, programar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e acrescenta ainda que:

§ 3º, Art.18. Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (LDBEN 9394/96)

Apesar de estabelecer critério para que um professor possa trabalhar com alunos com NEE, especificamente para atuação no AEE, a Resolução define que o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial, no entanto a resolução n.2 prevê que:

§ 4º, Art. 18. Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Neste sentido, os sistemas de formação de professores precisam ser repensados, com propostas de reestruturação curricular para capacitar os professores através de um processo permanente de desenvolvimento profissional envolvendo formação inicial e continuada, oportunizando assim a construção e ampliação de suas habilidades para trabalhar o ensino inclusivo com o objetivo de alcançar todas as crianças e jovens nas suas diferentes necessidades de aprendizagens, daí a importância do cumprimento do que estabelece a LDBEN, em seu artigo 63, § III, que os institutos superiores de educação manterão programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis, que segundo o texto do documento “Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC; 01/2008”, a formação dos professores para atuarem especificamente com AEE com um currículo que contemple:

- LIBRAS
- Língua Portuguesa para alunos com surdez
- Sistema Braille
- Informática aplicada à produção Braille

- Recursos tecnológicos e informática aplicada à deficiência visual (sintetizadores de voz, lupas eletrônicas, magnificadores de tela para baixa visão)
- Produção Braille e adaptação de material impresso em tinta
- Recursos ópticos e não ópticos para baixa visão.
- Técnica de uso do soroban
- Adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas
- Avaliação funcional da visão
- Orientação e mobilidade para pessoas cegas
- Escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas
- Tecnologia assistiva: comunicação alternativa, informática acessível, materiais pedagógicos adaptados, mobiliário acessível.
- Instrutor de LIBRAS
- Desenho universal
- Comunicação para o aluno surdo-cego
- Outras

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base na sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área e que o capacite para:

- Identificar as necessidades específicas do aluno com deficiência.
- Identificar os resultados desejados.
- Identificar as habilidades do aluno.
- Realizar levantamento de materiais e equipamentos.

- Elaborar plano de atuação, visando serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento e ambiente escolares.
- Organizar o tipo e o número de atendimentos ao aluno com deficiência
- Transcrever, adaptar, confeccionar, ampliar, gravar, entre outros materiais, de acordo com as necessidades dos alunos.
- Indicar a aquisição de: softwares, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários e outros.

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A escola também tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, como fornecer materiais didáticos adaptados, oferecer cursos aos educadores com a finalidade de conhecer novas práticas de ensino e adaptação no currículo escolar, por exemplo.

Outro aspecto a ser observado é também com relação ao currículo. COLL, César et al 2004, p.43, afirma que: “Quando uma escola estabelece entre seus objetivos prioritários a inclusão de todos os alunos fica mais simples transferir a estratégia posteriormente à prática educativa nas salas de aula”.

Desta forma a escola deve estar empenhada com a mudança, com a modificação da cultura e da organização da escola. Coll ainda afirma que a participação da escola deve passar primeiramente pela transformação do currículo, afirma ainda que:

“É preciso haver um currículo comum para todos os alunos que posteriormente deve ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e às necessidades diferentes de seus alunos”.

A forma com que as escolas pesquisadas trabalham o currículo, mesmo diante do esforço dos professores, distancia substancialmente das orientações teóricas. Apesar da preocupação apresentada com relação aos alunos com

difficuldade graves de aprendizagem, não há preocupação com a elaboração de uma proposta curricular e educacional que contemple as diferentes formas e tempos de aprender, isto por considerar impossível atender as diversidades.

Outro aspecto observado é que apesar das duas escolas estarem estruturadas em ciclos de aprendizagem o que realmente prevalece é a cultura da série mascarada de ciclo o que pode ser comprovado no critério utilizado para enturmação dos alunos, a maioria das turmas está estruturada na idade ano série, apesar de ser esta uma prática prevista na Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases que orienta que os alunos podem ser enturmados por nível de aprendizagem ou por idade.

1.4 - Contradições na legislação sobre educação

O capítulo V, artigo 58, da Lei das Diretrizes e Bases Nacionais, LDBEN, O artigo 58, da LDB, classifica educação *especial "como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educando portador de necessidades especiais"*.

No § 1º, do artigo 58, diz: *"haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial"*.

A orientação deste parágrafo gera oportunidade da visão de contradição. Esta contradição aplica-se a situação de um aluno com baixa visão inserido em classe regular sem nenhum apoio pedagógico e nenhum recurso tecnológico quando é indicado as salas de apoio ou serviço especializado. No momento em que o aluno necessita de amparo é exatamente na sala na qual ele está inserido, não é possível deixá-lo na expectativa de sanar sua dúvida em outro momento considerando que o contexto pode ser completamente diferente.

Neste artigo podemos observar que é dado devida reverência aos alunos com necessidades educacionais especiais, que até então não tinham apoio do Sistema de Ensino, para atendimento escolar, a não ser em instituições especializadas neste atendimento, como as APAEs.

O inciso I desse mesmo artigo garante serviços especializados para atender a diferentes "anormalidades" que os alunos com necessidades especiais venham apresentar.

Ainda no artigo 59, também da LDBEN, garante que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica.

Nessas circunstâncias, a adaptação curricular constitui-se em medidas ou conjuntos de medidas que buscam a flexibilidade e adequação do currículo geral, tornando-o apropriado à especificidade dos alunos com necessidades especiais. São intervenções educacionais necessárias que permitem ao aluno melhorar sua situação e relacionamento na escola, para que possam obter sucesso nos processos de aprendizagem.

Assim, na rede regular de ensino, deve haver serviços de apoio para as crianças com necessidades educacionais especiais, pois estas necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos adequados. Deve haver também, profissionais qualificados para o atendimento e recursos, de acordo com suas necessidades.

O § 1º, do artigo 58, da LDBEN, diz que *"haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial"*. Aqui, revela a faceta mais médica do atendimento especializado, ao tratar os educandos com necessidades especiais como uma clientela. Clientela, como se sabe, refere-se ao doente, em relação ao médico habitual.

A contradição da lei é visível principalmente quando um aluno com paralisia cerebral com comprometimento grave de movimentos é submetido a exames de concursos públicos. A ele não é oferecido os recursos básicos para fazer esta prova e ainda, o mais grave, não haverá oferecimento de uma prova que esteja pautada em um currículo diferenciado.

A escola regular, ao viabilizar a inclusão de alunos com necessidades especiais, deverá promover a organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializados, no entanto a realidade está longe do que determina a lei, além do mais a própria lei é cheia contradições e estas contradições podem favorecer a não realização de um bom projeto educacional.

II – OBJETIVOS

Como resposta ao objetivo principal deste trabalho, realizei uma pesquisa com a finalidade de oferecer subsídios para embasamento teórico sobre as leis que regem e orientam a Educação Nacional, mais especificamente no âmbito da Educação Inclusiva, esclarecendo o que é inclusão e como esse fenômeno ocorre, identificando os fatores que impedem que a Educação Inclusiva possa ser de fato implantada nas escolas, principalmente nas Escolas Públicas de Ipatinga-MG e como isso pode resultar em impulso para desenvolvimento do cidadão

O Objetivo principal desta pesquisa foi avaliar qual é o nível de informação e formação dos professores de duas escolas públicas de Ipatinga sobre a Legislação educacional para trabalhar com escola Inclusiva, os objetivos específicos foram:

- Discutir alguns pontos contraditórios da legislação educacional e sua aplicação;
- Avaliar o nível de informações a respeito do processo de inclusão e a legislação da educação especial entre professores envolvidos neste processo em duas escolas, sendo uma Estadual e uma municipal em uma comunidade que atende aproximadamente 3000 alunos em Ipatinga.

III- METODOLOGIA

3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

Porque [...] “temos direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza”. (Boaventura de Souza Santos)

Uma escola com ideal inclusivo deve ter seus olhares voltados a atender diferentes alunos com iguais direitos: educação que os prepare para uma vida plena e feliz e que o prepare para o exercício de sua cidadania e para competir no mercado. Com esta perspectiva o aluno se transforma em consumidor do ensino de qualidade cujo professor deva ser um profissional bem treinado e competente, consciente de seus deveres, conhecedor da legislação e preparados para cuidar de seus alunos.

Neste aspecto a escola de hoje deve estar estruturada com profissionais que estejam conscientes de que a educação deva ser para todos, sem distinção, cujo trabalho precisa ser pautado na solidariedade, respeito, compromisso e, sobretudo no senso social, como disse Albert Einstein: "Eu, enquanto homem não existo somente como criatura individual, mas me descubro membro de uma grande comunidade humana. Ela me dirige, corpo e alma, desde o nascimento até a morte, Meu valor consiste em reconhecê-lo. Sou realmente um homem quando meus sentimentos, pensamentos e atos têm uma única finalidade: a comunidade e seu progresso. Minha atitude social, portanto, determinará o juízo que têm sobre mim, bom ou mau."

Einstein afirma ainda que “não basta ensinar ao homem uma especialidade porque ele se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É preciso, tendo em vista a realização de uma educação perfeita, desenvolver o espírito crítico." (...) "A compreensão de outrem somente progredirá com a partilha de alegrias e sofrimentos. A atividade moral implica a educação destas impulsões profundas". Neste sentido a escola com ideais de inclusão certamente é aquela que tem profissionais humanizados que busque a realização de um trabalho pautado na ética, compromisso e respeito às determinações legais.

A partir da década da educação instituída pela Lei Federal 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 houve um crescimento significativo no número de professores com formação em nível superior. Partindo do princípio de que professor habilitado resultaria em melhoria significativa na educação, conhecendo o número de professores com ensino superior, em cada área de conhecimento e região do país, bem como as instalações físicas existentes e a demanda de alunos, combinando essas informações especialmente com aquelas relativas ao perfil sócio econômico da população, às vocações produtivas e às deficiências de profissionais das diferentes regiões do país, poder-se-ia atuar no sentido de corrigir todas as deficiências, limitações e distorções existentes. No entanto uma parcela da demanda da educação não foi contemplada em suas particularidades e ainda a simples formação em nível superior não garantiu o acesso à escola e a educação de qualidade para todos.

Na área de formação de professores há algumas deficiências curriculares que certamente contribuem significativamente para o baixo desempenho de alguns professores. A emissão do diploma de ensino superior não é suficiente para garantir as habilidades dos formandos. Ao passo que o ideal seria que alguém que tenha recebido um diploma de professor fosse realmente um profissional preparado para trabalhar em uma escola inclusiva.

O grande problema hoje é garantir que os profissionais da educação tenham acesso a uma formação continuada que corrijam os problemas detectados, uma vez que nenhum professor estará habilitado para trabalhar com todos os tipos de alunos, sobretudo com diferentes necessidades educacionais especiais. Entretanto, e infelizmente, não é esse o caso do Brasil. Continuamos a contemplar a falência de nosso sistema educacional, sem intervir, até sermos inteiramente consumidos pelo fantasma do não aprender.

Baseado nestas reflexões ensejo através desta pesquisa, identificar os problemas que impedem que a inclusão seja de fato uma realidade em duas escolas públicas especificamente da rede regular de ensino em Ipatinga, considerando que o objetivo da década da educação estabelecido pela LDBEN 9394/96 foi atingido.

Para tanto foi realizada uma entrevista e uma pesquisa com os profissionais que trabalham com alunos com NEE que atuam em uma escola estadual e uma Municipal de Ipatinga-MG.

O tema da pesquisa e da entrevista girou em torno da compreensão dos docentes acerca da inclusão, Legislação pertinente a Inclusão, como é a prática dos educadores nas escolas regulares, se entendem que atendem satisfatoriamente às pessoas com necessidades especiais, assim como verificar se as propostas pedagógicas das escolas estão adaptadas para atender esta demanda de alunos com projetos, salas e equipamentos os quais são de grande importância para aprendizagem e permanência destes em nossas salas de aula, se participam de cursos de capacitação, se o órgão competente oferece apoio necessário, principalmente com aqueles diretamente envolvidos com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

O desenvolvimento deste trabalho foi pautado em uma pesquisa qualitativa com aspectos quantitativos para a fundamentação principalmente no que se refere à capacitação dos docentes que lidam com alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e especialmente sobre a Legislação educacional que regulamenta a educação especial com olhares voltados a inclusão.

As informações foram colhidas na abordagem qualitativa e foram analisadas de acordo com o roteiro aplicado e registradas em relatório, destacando opiniões, comentários e frases mais relevantes que surgiram.

A escolha do enfoque qualitativo justifica-se segundo a linha exposta por Franco (1986, p.36), que concebe a pesquisa qualitativa como aquela *que assentada num modelo dialético de análise, procura identificar as múltiplas facetas de um objeto de pesquisa [...] contrapondo os dados obtidos aos parâmetros mais amplos da sociedade abrangente e analisando-os à luz dos fatores sociais, econômicos, psicológicos, pedagógicos, etc. [...]*.

O levantamento dos dados resultantes desta pesquisa foi organizado em tabelas, relatórios e gráficos que resultaram na construção de um retrato ou do perfil

dos educadores que atuam nestas duas escolas, mostrando seus anseios, angústias, perspectivas bem como sua concepção da escola inclusiva.

3.2- Contexto da Pesquisa

"Operacionalizar a "inclusão escolar" de todos os alunos, independentemente de classe, raça gênero, sexo ou características individuais é o grande desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração do respeito à diferença" (Diretrizes Curriculares da Educação especial).

Os alunos com necessidades educacionais especiais constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas percebe-se que a maioria destes que fracassam na escola são crianças que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele, principalmente na educação de jovens e adultos, devido ao não atendimento em idade própria ou devido ao despreparo da escola para atender.

Pensar, decidir e trabalhar em favor da inclusão é deflagrar por essa a óbvia concepção de uma revolução no ensino. No entanto, existe na base de equívocos e restrições, uma diferenciação entre escola inclusiva e escola socializadora.

Neste sentido a escolha de duas escolas que atendem a uma única comunidade, que apresenta resultados tão diferentes e tão iguais ao mesmo tempo serve de base de pesquisa.

A escola que chamaremos de escola Nº1 é uma escola da rede municipal de ensino que trabalha com alunos do ensino fundamental e Educação de jovens e adultos. A escola Nº2 atende a alunos a partir do primeiro ano do ensino fundamental até o Ensino Médio diurno e noturno.

No aspecto da formação escolar básica a escola Nº 1 tem uma linha mais definida: todo o professor tem obrigatoriedade da Licenciatura. Na escola Nº 2

apesar do número muito significativo de profissionais habilitados há um grande rodízio de professores e admite-se o profissional sem licenciatura.

Tanto na escola Nº 1 quanto na escola Nº 2 há presença de alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente com paralisia cerebral, deficiência física e os chamados transtornos globais do desenvolvimento.

A escolha destes estabelecimentos de ensino atende ao objetivo desta pesquisa que é verificar se as escolas são escolas inclusivas ou socializadoras e se o diferencial da escola inclusiva que é a capacidade de atender às diferenças nas salas de aula, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem especial) vem sendo realmente seguido de acordo com as orientações da legislação nacional.

3.3- Participantes

Os profissionais convidados a participar desta pesquisa tanto da escola Nº 1 como a escola Nº2 pode-se dizer que ilustram bem a realidade da escola pública em Ipatinga. Em sua maioria, profissionais com licenciatura e uma parcela significativa trabalha ou teve oportunidade de trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, mas não receberam capacitação para este fim.

A pouca estrutura e preparo das escolas, o pouco conhecimento a respeito da forma para melhor atendimento aos alunos, principalmente com aqueles com necessidades educacionais especiais e a falta de formação continuada por uma parcela significativa dos professores são causadores de desistências dos alunos com necessidades educacionais especiais a permanecer nas escolas. Outro aspecto que tem contribuído negativamente para o atendimento integral ao aluno é a falta de salas de apoio além de pouco serviço especializado disponível.

“Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce”. SASSAKI, 1997 p.36

Houve avanço significativo na escola pública na última década com relação à formação dos professores, no entanto foram poucos os investimentos no que se refere à formação continuada e também com relação à autonomia das escolas em gerir seus recursos principalmente para investir em capacitação de professores e adequação de espaço físico. Outro aspecto que pode ser observado é que há um número pouco significativo de professores que possuem formação profissional para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais.

3.4 - Materiais

Para atender ao objetivo principal desta pesquisa que é avaliar qual é o nível de informação e formação dos professores de duas escolas públicas de Ipatinga a respeito da escola inclusiva, mais especificamente sobre a Legislação educacional a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais, foi necessário utilizar os seguintes recursos para a construção, e análise de informações:

- 1-microcomputador com impressora;
- 2-papel A4;
- 3-micro-gravador;
- 4-calculadora;
- 5-máquina fotográfica;
- 6-dicionário;
- 7-livros diversos;
- 8-fichas para coletas de dados;
- 9-caneta;
- 10-envelopes;
- 11-formulário com roteiro de entrevista;
- 12-Formulário com questionário para pesquisa.

Devido à não autorização da direção das escolas e de alguns professores, não foi possível utilizar filmadora e foi bem restrito a utilização de gravador.

Um instrumento que utilizei para este trabalho foi a escuta atenta. Ouvi e observei os profissionais, e fui registrando em um bloco.

Em um momento registrei a conversa entre uma mãe e uma atendente da secretaria solicitando uma vaga para aluno com paralisia cerebral.

3.5- Base para construção de dados

A integração traz consigo a ideia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social. (Montoan, 1997, p. 235)

O objetivo desta pesquisa qualitativa com aspectos quantitativos foi identificar os principais problemas que impedem ou interferem que o processo de inclusão avance, ou seja de fato, uma realidade em algumas escolas públicas, especificamente da rede regular de ensino.

Foi realizada uma entrevista e aplicado um questionário para um grupo de professores que atuam em uma escola Estadual e uma Municipal em um contingente que atende a uma comunidade da periferia de Ipatinga-MG.

Responderam a entrevista dez professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais há mais de três anos e ao questionário professores que atuam como regente de turmas ou de aulas a mais de cinco anos nesses estabelecimentos de ensino.

O tema da entrevista e do questionário girou em torno da compreensão dos docentes acerca da inclusão, Legislação pertinente a Inclusão, como é a prática dos educadores nas escolas regulares, se atende satisfatoriamente às pessoas com necessidades especiais, assim como verificar se as propostas pedagógicas das escolas estão adaptadas para atender esta demanda de alunos com projetos, salas e equipamentos os quais são de grande importância para aprendizagem e permanência destes em nossas salas de aula, se participam de cursos de capacitação, se o órgão competente oferece apoio necessário, principalmente com

aqueles diretamente envolvidos com alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

As informações coletadas foram analisadas de acordo com o roteiro aplicado e registradas em relatório, destacando opiniões, comentários e frases mais relevantes seguindo o critério de identificação numeral dos participantes.

As informações coletadas pelo questionário utilizado na pesquisa foram consolidadas em gráficos e posteriormente comentadas em uma tabela fazendo um paralelo entre a opinião dos participantes, de autores e definições da lei.

3.6 – Instrumentos utilizados

- ✓ Questionário para pesquisa
- ✓ Roteiro semi-estruturado para entrevista

3.7- Procedimentos de Construção de Dados

A escolha da escola 1 e da escola 2 para realização desta pesquisa foi devido ao ponto comum: são duas escolas públicas que atendem a uma mesma comunidade. A única diferença entre as escolas é o seguinte: pertencem a rede de ensino diferente, uma estadual e uma municipal.

- Na escola 1 exerço função administrativa com acesso a pedidos de vagas, na escola 2 exerço a função de regente de aulas.
- Os professores destas duas escolas aproximadamente 100 profissionais que atendem a uma demanda de aproximadamente 3000 alunos do Ensino Fundamental e Médio responderam a questões que tinham como objetivo mostrar especificamente como está o conhecimento dos mesmos em relação às propostas educacionais, aos aspectos legais da educação especial e formação profissional para trabalhar com portadores de necessidades educacionais especiais.
- A pesquisa teve como alvo principal os professores diretamente envolvidos com alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto foi aberto aos

demais profissionais que ofereceram material para análise sobre sua formação para trabalhar em escola com perfil inclusivo.

- A primeira etapa da pesquisa foi identificar nas escolas quais os professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, daí foi solicitada a direção do recinto permissão para conversar com estes profissionais.
- Em um primeiro momento foi apresentado aos profissionais o meu projeto de pesquisa mais especificamente o seu objetivo principal e sua justificativa. Foi esclarecido a eles a importância de sua participação neste processo, pois o resultado desta pesquisa poderia retornar em benefícios para os estabelecimentos.
- O segundo momento foi a realização de dez entrevistas e da aplicação de cinquenta formulários questionário de pesquisa.

3.8- Procedimentos de Análise de Dados

O estudo que fiz, metodologicamente foi demonstrado a partir de um quadro analítico onde foi apresentado o problema ou assunto discutido, levando em consideração as ideias dos participantes confrontando com as orientações da Legislação e ideias de autores pesquisados e citados referencia bibliográfica. O foco sempre foi se a legislação era observada pelos participantes, se buscavam cumprir as orientações legais e se havia algum conhecimento teórico sobre a inclusão dos alunos de uma maneira em geral.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1- Entrevistas

Para embasamento a este trabalho a principal indagação foi: “Qual será a visão que os profissionais da educação têm a respeito da inclusão?”. Para tentar encontrar o ponto chave foi realizada uma entrevista baseada em um roteiro básico, cujo objetivo era identificar os fatores que contribuem, impedem ou interferem para que o processo de inclusão avance, ou seja, de fato uma realidade em algumas escolas públicas, especificamente da rede de ensino regular.

Na primeira pergunta, “Na sua visão, o que significa inclusão?”, a maioria dos entrevistados respondeu que a inclusão não se baseia em princípios de aceitação, mas pressupõe que seja oferecido um sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem necessidade educacional especial.

Uma grande parte dos entrevistados, mais especificamente os que não trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais responderam que inclusão significa inserir em sala de aula todos os alunos, independente de suas dificuldades.

A terceira resposta mais comum entre os entrevistados foi que inclusão significa considerar socialmente capazes todas as pessoas independente de sua condição física, intelectual ou mental.

Quando se refere a inclusão de uma forma mais ampla, segundo os entrevistados a inclusão caracteriza-se por garantir a todos, indistintamente, o direito a educação, saúde, justiça, enfim a todos os benefícios sociais.

Na segunda pergunta, além de discutir com o entrevistado sobre a visão de inclusão, perguntei especificamente “O que faz uma escola ser inclusiva?”, segundo uma das entrevistadas:

“A escola será inclusiva, quando todos que fazem parte do sistema, buscam soluções para o desafio da presença de “diferentes” alunos nas classes, e, fazem de tudo para que nenhum aluno seja excluído”.(10)

Na opinião de alguns entrevistados a escola inclusiva ainda não existe, segundo uma das entrevistadas:

“Infelizmente a escola inclusiva ainda está só nos projetos, pois a escola que se diz inclusiva não atende as diferenças.”(6)

Outra visão de escola inclusiva muito comum é a visão de escola aberta, escola acolhedora. Uma das entrevistadas que trabalha com alunos com necessidades educacionais especiais assim define escola inclusiva:

“Escola inclusiva é aquela que está aberta para atender o educando, que se preocupa com sua formação para a cidadania, que além de ensinar o conteúdo sistemático, possui uma proposta pedagógica que contempla todo tipo de aprendizagem.”(9)

Segundo uma das entrevistadas que já trabalha a mais de dez anos em escola pública, tanto estadual como municipal, que segundo ela já teve oportunidade de trabalhar com alunos com necessidades educacionais muito especiais, define a escola inclusiva como:

“Escola inclusiva é aquela que permita ao indivíduo desenvolver todas as suas potencialidades, habilidades e capacidades, convivendo e interagindo com as diferenças”. (7)

Uma visão mais globalizante entre os entrevistados é que escola inclusiva é uma escola aberta a receber alunos com necessidades educacionais especiais e inseri-los em salas de aula.

Na terceira pergunta o objetivo era identificar se na visão dos entrevistados integrar tem o mesmo sentido de incluir e se a escola na qual trabalhavam integravam ou incluíam seus alunos e o que os fazia ver assim. O interessante foi que a maioria entende que o sentido das duas palavras é o mesmo, no entanto apresenta explicações um pouco diferente.

De acordo com uma das entrevistadas a sua escola só integra o aluno, pois ela aceita as diferenças sem trabalhá-las ou mesmo considerá-las.

Outra entrevistada expôs que a escola na qual trabalha só integra, uma vez que não está preparada para incluir, devido a sua estrutura pouco eficaz, não apropriada para incluir, segundo ela:

“O conceito de inclusão/integração tem se confundido no dia-a-dia da escola. Isto se revela pelas ações isoladas de inclusão com intuito de apenas integração. A escola tem de auxiliar na formação integral do aluno e daí a necessidade de minimizar as diferenças proporcionando a todos uma integração com visão de vida em sociedade”.(8)

Com uma visão mais realista, para muitos, duramente criticada como pessimista, uma das entrevistadas com grande experiência com classe heterogênea com presença de alunos com NEE afirma:

“A escola hoje, mais especificamente as que trabalho e conheço, não conseguiram ainda, nem integrar e nem incluir. Elas apenas colocam em um mesmo espaço físico, a escola, a sala de aula, alunos ditos normais com alunos com necessidades educacionais especiais. Isto temos como resultado apenas convivência entre os diferentes”.(4)

Perguntados sobre a Legislação, mais especificamente, “Você conhece a Legislação Brasileira que versa sobre a inclusão?” as resposta mais comum foi: *apenas muito superficialmente*. Percebi entre os entrevistados pouco interesse em falar sobre o assunto. Quando insistia, a resposta aproximava de: tenho pouca informação, sim, parcialmente, não (...). Apenas vinte por cento dos entrevistados estavam à vontade para discutir sobre esta questão e o principal argumento foi:

“Acredito conhecer o básico: todos tem direito a educação, no entanto entendo como necessário um embasamento teórico mais significativo sobre o assunto. Penso que devido ao conhecimento superficial sobre o assunto é impedimento para que muitas propostas sejam colocadas em prática. O simples fato de desconhecer a legislação capacita o sujeito ao erro”.(7)

Sobre a capacitação dos profissionais para atuar nas escolas foram feitas várias perguntas com o objetivo fundamental de identificar se os profissionais em exercício possuem formação acadêmica ou capacitação profissional para trabalhar em escola inclusiva.

Dos profissionais que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental 70% dos profissionais são oriundos de curso de Pedagogia e Normal Superior e 20% de demais licenciaturas, apenas 5% dos entrevistados não possuem formação universitária. Dentre os profissionais que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental 50% já fizeram curso de pós-graduação.

Dos profissionais que atuam nos anos finais do Ensino fundamental há uma diferença mais significativa, 95% dos profissionais possuem licenciatura plena acrescidos de pós-graduação.

Quando perguntados: Durante sua formação acadêmica houve em alguma disciplina com ênfase a inclusão?, 60% responderam que não e este foi um dos argumentos:

“Não. Na realidade quem colocava alguns assuntos em discussão era os próprios alunos, que além de apresentarem os casos, buscavam alternativas e devido ao pouco ou nenhum embasamento teórico não conseguiam avançar. Os professores só observavam as discussões, não traziam nenhum referencial teórico, às vezes só absorviam o resultado da pesquisa e muitas das vezes criticavam”.(5)

Dentre os profissionais que responderam que sim, que tiveram oportunidade de ter alguma disciplina durante a graduação com ênfase à inclusão, argumentaram;

“Sim, contudo a realidade é outra. Falar é fácil, o difícil é por em prática tantas ideias, pois cada caso é um caso, cada ser é um ser. Nenhuma teoria pode ser aplicada de forma globalizada”.(3)

Alguns entrevistados disseram que as disciplinas: didática, psicologia e estrutura foram fundamentais para sua formação, no entanto entendem que uma matéria mais específica ofereceria mais oportunidade para embasamento teórico.

Indagando ainda sobre a formação acadêmica questionei: “Você considera que a sua formação acadêmica ofereceu suporte para que você pudesse trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?” as respostas foram bastante distintas e muitas delas um tanto contraditórias. Principalmente entre os profissionais que demonstravam entender a proposta de uma escola inclusiva ouve maior distorção, entre estas respostas, destaca-se:

“Não. A teoria difere da prática”.(1)

“Não. Apenas adquiri conhecimento teórico, mas não adquiri competência para ensinar crianças com necessidades educacionais especiais”.(2)

Apenas superficialmente. (3)

“Em parte sim, acredito que somente a voz, o quadro negro e o giz não sejam mais as únicas ferramentas de trabalho do professor. Durante minha formação entendi que o uso de imagens, jogos, filmes, música, objetos, tudo que possa ser utilizado a favor da aprendizagem é bem vindo e ganha importância relevante na escola inclusiva. Com as aulas mais estimulantes, diversificada, torna mais acessível a aprendizagem, seja de alunos com necessidades educacionais especiais ou não”.(4)

“O conhecimento para trabalhar com escola inclusiva não pode ser assimilado em um curso de graduação. A vida nos oferece infinitas oportunidades de trabalho, sejam dentro de um padrão ou outro. Acredito que à medida que um trabalho é desenvolvido há oportunidade de crescimento e só é possível crescer como profissional trabalhando. Às vezes algumas teorias até atrapalham”.(5)

“Absolutamente. Meu curso deu ênfase ao aspecto do conhecimento específico”.(6)

“Acredito que o conhecimento específico é extremamente útil e pode perfeitamente ser utilizado em todos os tipos de proposta de escola e outra coisa, o importante é fazer com que todos aprendam, o ritmo se chega aos poucos”.(7)

Perguntei: “Além de sua formação acadêmica você possui cursos de formação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?” 100% dos profissionais responderam que não possuem, no entanto 20% deles responderam que os estudos referentes à pós graduação auxiliaram um pouco e 20% afirmaram ainda que a participação em alguns seminários foi muito significativa, porém alguns desabafam:

“Não. O Estado publica uma Resolução que é para cumprir. Determina um tipo de atendimento que é para ser feito e, no entanto não oferece oportunidade de formação. Como temos que cumprir as leis e resoluções e para atender a todos vamos em frente, fazemos o possível”.(7)

Sobre os cursos de capacitação profissional apenas dois profissionais disseram ter participado de algum curso de capacitação, sendo que um participou de curso com 120 horas e outro de vários seminários com 24 horas de duração. Uma profissional desabafa:

“Não. Até o momento nenhum, mas nas reuniões que dizem tratar do assunto só falam, falam. Nada de prática”.(2)

Quando perguntado se durante a trajetória profissional já teve dificuldade para trabalhar com necessidades educacionais especiais e qual ou quais foram elas, as respostas eram previsíveis:

“Certamente. O maior problema foi a comunicação. Seria necessário ter um professor de apoio, ou teria que saber libras ou coisa desse gênero”.(2)

“Sim. Sou uma pessoa carismática, contudo a criança com NEE exige muito mais que carisma e sim um professor preparado para diferentes situações”.(3)

“Si. Pois o ser humano é uma caixinha de surpresa e também existem muitas diferenças individuais que requerem uma série de recursos e apoio especializado”.(4)

“Sim várias dificuldades, para não dizer todas, já que não fui preparada com essas diversidades”.(5)

“Muita. Não saberia nem identificar com clareza”.(6)

“Sim. A adequação das atividades as necessidade do aluno, além, das ações diante de ‘comportamentos’ inesperados”.(7)

“Sim. Em todos os aspectos, desde a comunicação a adequação das atividades”.(8)

Retomando o assunto, preparação do professor, perguntei “Você como professor se sente preparado para trabalhar com aluno com NEE? As respostas foram quase unânimes com poucas observações como:

“Totalmente não. Ainda há um mundo de coisas para aprender”.(7)

“Em parte sim. Procuro respeitar o ritmo, a evolução de cada aluno para garantir o seu avanço em cada área. Acredito que no processo de aprendizagem, muita coisa precisa ser feita para que haja aprendizagem. Penso que além de mim como educadora, tanto os colegas como o próprio aluno podem ajudar nas adaptações necessárias”.(8)

“Como professora não. O Estado e o Município teriam que investir em formação continuada para o professor, e, no entanto a coisa não acontece como deveria: há cobrança de resultados e pouco investimento”.(9)

Perguntado aos professores como eles definiriam a escola inclusiva e a socializadora, eis as contribuições mais significativas ou controversas:

“Entendo a escola inclusiva como aquela que atende a todos os alunos e a socializadora aquela que prepara o aluno apenas viver em sociedade”.(3)

“Socializadora quando em um mesmo espaço existe a convivência com as diferenças. Inclusiva quando ela coloca para dentro de seus portões todos os alunos com NEE ou não, integrando e socializando, trabalhando a totalidade do indivíduo, transmitindo o saber sistematizado e valores, atitudes, ideias e a internalização de hábitos e normas que contribui para a formação além dos muros da escola”.(5)

“Vejo a escola inclusiva como aquela que não seleciona sua clientela, é uma escola que se preocupa com a oportunidade de aprendizagem para todos e com a participação de todos. Já a escola socializadora só se preocupa com a vida em sociedade descartando a preocupação com a aprendizagem”.(7)

Uma das entrevistadas, por sinal uma das mais experientes a participar do grupo de entrevistados e que é professora de história para os anos finais do Ensino Fundamental, apresentou um argumento que contempla a ideia central desta entrevista:

“Não vejo diferença entre escola inclusiva e socializadora, penso que uma ideia se funde a outra. Não é possível incluir sem socializar, nem socializar sem incluir. Acredito que uma escola realmente inclusiva é aquela que tenha espaço adaptado, professores capacitados e preferencialmente sala de recursos”.(1)

“Escola Inclusiva é aquela que possui profissionais capacitados e estrutura adequada para atender aos alunos com NEE e os demais. Já a escola socializadora recebe todos os educandos inclusive os com NEE com uma visão de permitir aos mesmos, oportunidade de socialização”.(2)

“A escola inclusiva deve ser ocupada por todos da sociedade com objetivo comum: o aprendizado com qualidade para todos, logo é uma escola que possui todos os recursos necessários, principalmente os humanos. A escola socializadora apenas coloca no espaço da escola alunos que tenham necessidades educacionais especiais, a preocupação fundamental não é com o aprender e sim com o conviver”.(3)

“Escola Inclusiva: Uma escola onde todos os alunos tenham suporte para desenvolver suas capacidades, dotada de profissionais capacitados para assistir principalmente os alunos com necessidades educacionais especiais. Vejo a escola socializadora como aquela que é uma falsa escola inclusiva: aceita a todos sem distinção, porém não oferece suporte para trabalhar as diferentes aprendizagens e ritmos”.(4)

“A escola Inclusiva é aquela que recebe as crianças com NEE e está preparada para incluí-las nas classes comuns além de oferecer um ensino de qualidade e apoio global. No entanto a escola socializadora recebe as crianças com NEE, tenta socializá-las, mas são incapazes de desenvolver um projeto pedagógico pautado na aprendizagem devido à falta de suporte do sistema e carência de recursos humanos”.(5)

Perguntado a todos do grupo entrevistado como definiria a escola na qual trabalham se era inclusiva ou socializadora, apenas um entrevistado da escola estadual respondeu ser aquela uma escola inclusiva, no entanto todos os demais da referida escola e da escola municipal responderam que todas as características de suas escolas são de escola socializadora, apesar da máscara de escola inclusiva.

“De acordo com orientações da SEE-MG e da Proposta pedagógica vivenciada neste ano letivo, minha escola é inclusiva”.(3)

Quando perguntado ao entrevistado que respondeu que a escola a qual trabalha é inclusiva sobre a forma que os alunos são enturmados, eis a resposta:

“São enturmados seguindo o critério de idade aproximada com os alunos ditos “perfeitos”(2)

Perguntei ao entrevistado como era realizado o trabalho docente na escola quanto a inclusão social e a respostas foram um pouco vagas mediante a profundidade da pergunta:

“Normal. O conteúdo é ensinado de igual para igual, a todos”.(1)

“Tenta canalizar as discriminações e preconceitos”.(2)

“Cada profissional busca adequar suas atividades de acordo com as necessidades do educando. Por ser esta escola desprovida de serviço de apoio ou especialista e de não recebermos capacitação específica, fazemos o que for possível”.(3)

“Deveria ser realizada por profissionais preparados em parceria com outros profissionais especializados”.(4)

“O educador tenta fazer intervenções pedagógicas, adequando seu planejamento para atender os alunos com NEE”.(5)

“Os alunos são tratados como qualquer outra criança apesar de suas NEE, contudo os professores não são preparados como deveriam”.(6)

“Pouco se caminhou neste aspecto”.(7)

“Existe uma preocupação em capacitar aos profissionais com cursos adequados, como por exemplo, libras”.(8)

“Existe a preocupação entre os profissionais da escola em trabalhar a questão da inclusão social sem deixar transparecer esta diferença. Um dos aspectos que a escola tem agido é no que se refere ao material para uso do aluno. Na medida do possível a escola faz esta assistência”.(9)

“Faz parte da Proposta pedagógica da escola trabalhar temas transversais como a inserção do negro no mercado tanto cultural como profissional. A valorização das diferentes manifestações culturais. A valorização da mulher, da família etc. e isto contribui significativamente para a preparação do aluno para o exercício de sua cidadania e isto é também inclusão social”.(10)

Perguntado se o projeto político pedagógico foi elaborado com perspectiva inclusiva, a maioria respondeu um meio sim meio não, não há clareza nas afirmações, veja:

“Sim, mas colocar em prática é muito difícil”.(3)

“Sim, Caso contrário a SEE(Secretaria de Estado da Educação) não aprova”.(2)

“Não podemos negar que existe essa preocupação com a inclusão. Durante as discussões que foram oportunizadas deu para perceber, porém o PPP não foi concluído”.(7)

“A escola apesar das dificuldades faz sua parte, porém o governo não está tão preocupado com tal realidade”.(6)

“Em parte”.(3)

Quando perguntado se a Proposta curricular e o planejamento de curso preveem atividade diferenciada, houve um equilíbrio entre o sim e o não com algumas considerações:

“Raramente há referência de atividade diferenciada no currículo e no planejamento para garantir a inclusão do aluno. Todos são visto de uma única forma”.(8)

“Há. O professor faz o máximo para atender, mas temos a consciência de que sempre deixamos a desejar”.(7)

“Na proposta curricular não há previsão de atividades diferenciadas, no entanto durante o planejamento o professor não desconsidera o aluno com NEE e prepara ou adequa as atividades”.(6)

“Sim, mas há dificuldade em executá-la”.(2)

Perguntei aos entrevistados como é o processo de avaliação dos alunos com NEE, e 50% dos entrevistados disseram que através de um plano de desenvolvimento individual, no entanto eis alguns comentários:

“Eu não tenho aluno com NEE em sala neste ano letivo, no entanto o correto é que seja avaliado continuamente seja por portfólio, por observação ou mesmo por plano de desenvolvimento anual”.(1)

“Meus alunos são avaliados da forma tradicional, por nota”.(3)

“A avaliação é qualitativa. O avanço do aluno é comparado com seu próprio e com os demais”.(4)

“São feitos relatórios por profissionais preparados em parceria com outros profissionais especializados”. (7)

Perguntei aos entrevistados o que mais contribui para o seu melhor desempenho frente aos alunos, especialmente os com NEE e a maioria respondeu ser o fato de ser um desafio a mais, no entanto há algumas considerações pertinentes:

“Considerar os alunos com NEE o centro do trabalho, não uma doença em si”.(5)

“Os recursos oferecidos pela instituição”.(6)

“O empenho e o esforço individual do professor”.(4)

“Espaço, cursos de aperfeiçoamento, material didático diferenciado, apoio dos profissionais de diferentes especialidades”.(7)

“Estudo na área, ou seja, referencial teórico para capacitação no assunto”.(8)

“Capacitação específica por parte da entidade mantenedora da unidade de ensino, como por exemplo, de uma equipe multidisciplinar”.(9)

Sobre os recursos oferecidos pela instituição para trabalhar com alunos com NEE, foi perguntado se escola oferece tais recursos, 70% dos entrevistados responderam que ou que não dispõe desses recursos ou que dispõe do mínimo, argumentam que:

“Existem materiais de apoio pedagógico como, por exemplo, jogos e mídias, mas a organização do tempo não contribui muito”.(7)

“A instituição até que tenta, no entanto a realidade é outra”.(3)

“Não adianta material de apoio se não estão disponíveis para uso, devido à falta de treinamento de professores e equipe de apoio”.(8)

Quando o assunto é infra-estrutura há um pouco mais de interesse dos entrevistados em falar sobre o assunto. Quando perguntei: A escola na qual você trabalha oferece infra- estrutura para receber aluno com NEE? 80% dos entrevistados respondeu não com algumas considerações:

“A escola possui rampas, porém os banheiros, as salas de aula não estão adaptadas, assim como os professores não estão preparados”.(7)

“A escola funciona precariamente em todos os sentidos. Há apenas simples rampas”.(3)

“Mais ou menos. Foram feitas rampas para cadeirante, mas isto é muito pouco. Não temos, por exemplo: barras de acesso, portas com espaçamento adequado. Outra coisa: não temos monitoria”.(1)

“Não. Está em processo de adequação para alunos com mobilidade reduzida. Porém para alunos com problemas neurológicos ainda falta tudo”.(8)

Perguntei para o grupo entrevistado se a escola tem recebido apoio das Secretarias Municipais e estaduais da educação para trabalhar com alunos com NEE e de que maneira vinha este apoio, 80% dos entrevistados respondeu que não, no entanto alguns comentaram a respeito:

“Nas escolas Estaduais, se alguma recebe apoio é o mínimo, no entanto 25% dos recursos da União são destinados à Educação, creio então ser possível fazer alguma coisa”.(3)

“No âmbito das escolas municipais o apoio existe via CENAM. (Centro de Atendimento Multidisciplinar) que é o responsável pelo acompanhamento da educação especial, no entanto a demanda é grande e não é possível atender a todos os alunos com NEE, daí o atendimento preferencial é para a fase de alfabetização”.(4)

Segundo os entrevistados a falta de capacitação dos professores e a falta de estrutura física e material inviabilizam o trabalho com alunos com NEE. Perguntei a eles que deveria cuidar da capacitação dos professores, se a própria escola, se os órgãos governamentais ou mesmo os próprios professores. As respostas variaram muito, no entanto o que ficou bem claro que o próprio professor entende que ele também é responsável por buscar esta capacitação, seja ela por seus próprios recursos, ou seja, oferecida pelos órgãos responsáveis pela educação:

“Penso que quem deveria capacitar os professores para trabalhar em escola inclusiva deveria ser as Secretarias de educação, em todos os níveis de poder por ser esta uma questão social, no entanto entendo que os professores devem buscar esta capacitação com os seus próprios recursos, recursos estes gerados é claro de uma melhor remuneração do professor”.(5)

“Sem sombra de dúvida a responsabilidade é do governo, no entanto entendo que os professores precisam buscar esta capacitação pois geralmente o que é oferecido pelos secretarias é muito pouco diante a diversidade de problemas que chegam até a escola”.(6)

“Nenhum professor pode acomodar-se por não receber do governo uma capacitação para trabalhar, na realidade o professor é um profissional e como profissional ele precisa investir em seu crescimento para continuar no mercado de trabalho”.(7)

“É responsabilidade da escola, governo e professores. A inclusão, a capacitação precisa ser continua e ir além das políticas”.(8)

“A responsabilidade é da escola, do professor, sindicato, secretaria municipal, estadual e MEC”.(9)

Quando se fala em inclusão de alunos com NEE em turmas regulares o que os pais geralmente demonstram como principal preocupação é a não aceitação pelo colega. Quando perguntei aos professores se havia alguma dificuldade no convívio dos alunos com NEE com os demais, a resposta foi quase unânime: não, com alguns comentários interessantes:

“Geralmente não. Dependendo da deficiência, sim. Temos alunos com NEE que “surtam” e agredem os colegas, nestes casos o professor se sente incapaz de resolver o problema. Dependendo da deficiência neurológica, a dificuldade se encontra na adaptação das atividades e o aluno acaba tornando-se indisciplinado e por causa dessa situação incomoda um ou outro”.(5)

“Não. Por parte dos alunos, a experiência vivida por mim, mostrou que eles tem atitudes de proteção e solidariedade com o colega que tem alguma NEE”.(6)

“Não. Quando criança não discrimina. A criança não discrimina é a sociedade que corrompe”.(7)

“Vivemos em uma sociedade discriminatória, contudo a relação aluno X aluno com NEE em sala de aula é muito positiva. Fruto este também do trabalho do professor”.(8)

“Às vezes há alguma manifestação de discriminação, porém perfeitamente contornável e até positivo para o crescimento do grupo, se bem trabalhado pelo professor”.(9)

“Em geral os alunos tem bom relacionamento com aqueles com NEE. Como a maioria das escolas é socializadora existe um grande empenho para que haja uma boa socialização entre os alunos”.(10)

Com relação ao apoio e participação da família, perguntei aos professores se há uma participação ativa da família do aluno com NEE se ela apóia a escola. 70% dos entrevistados responderam ao que não ou não o suficiente e ainda acrescentaram:

“Não. Em geral estes pais não reconhecem ou não aceitam a realidade, daí preferem a omissão”.(3)

“Apenas alguns pais participam da vida escolar do aluno com NEE, demonstrando interesse pelo bom desenvolvimento escolar do mesmo. A maioria ignora o problema e tornam-se meros entregadores de filhos na escola”.(4)

“A família é de certa forma ausente quando se refere a educação. No que se refere ao aluno com NEE não é diferente: passam toda a responsabilidade para a instituição de ensino”.(5)

“Não. A família transfere para a escola a obrigatoriedade da educação e do governo a obrigatoriedade da garantia de vagas, no entanto não há parceria quando é necessária buscar recursos para atender aos alunos com NEE e muitas das vezes os pais entendem, devido a falta de informação, que seu filho aprenderá como os demais, logo fica a cargo do professor”.(6)

“Sim. Eles acompanham, do jeito deles. Geralmente apóiam a escola”.(7)

“Sim. Alguns pais são muito conscientes da situação de seus filhos, principalmente aqueles que tiveram acesso a APAE”.(8)

“Não. Muitos pais só enviam seus filhos com NEE para a escola para atender a determinações da lei ou mesmo por questões econômicas. Para eles o importante é que seus filhos estejam matriculados”.(9)

“Não. O apoio que geralmente a escola precisa é um bom acompanhamento educacional pela família e também dependendo da situação o reconhecimento da necessidade de buscar outros recursos sejam estes psicólogos, psiquiatras, psicopedagogos etc para auxiliar este aluno, no entanto a maioria dos pais tende a esconder o problema do filho: apresentar um laudo médico para que a escola entenda melhor este aluno é a maior resistência”.(10)

As respostas resultantes desta entrevista justificam-se na medida em que a inclusão ou socialização de alunos com NEE e, cada vez mais, uma realidade nas nossas escolas, evidenciando o contexto escolar.

Devido às tentativas de incluir sem preparo dos profissionais e do ambiente vêm as dificuldades, os desânimos, mas também em certos casos muita vontade de fazer algo de positivo em prol desse projeto de tamanha relevância que é oferecer oportunidades a todos. Neste sentido as dificuldades impõem um ritmo, mas não são empecilhos para o desenvolvimento.

4.2 – Análise teórico dos resultados

Indagação	O que penso ou dizem os autores ou define a legislação	Visão geral dos participantes da pesquisa
1-O que significa inclusão?	<i>Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan "Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças"</i> <i>Para a educadora, na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.</i>	Integração
2-O que faz uma escola ser inclusiva?	<i>Segundo Aranha, 2004: "Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo,</i>	Aceitação das diversidades

	<i>idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados”.</i>	
3-Você conhece a legislação brasileira sobre inclusão?	<i>As pessoas na maioria das vezes pecam por desconhecer a legislação. Enquanto as leis de trânsito são amplamente difundidas, na área educacional não existe esta preocupação por parte dos profissionais, mais especificamente os professores.</i>	Há um empate entre o conhecer o mínimo e o conhecer o suficiente.
4-Qual a sua formação acadêmica?	<i>Art. 1º A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observado o disposto nos Arts. 61 a 63 da <u>Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</u>, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.</i> <i>Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.</i>	92% dos entrevistados responderam que possuem licenciatura plena.
5-Você possui capacitação para trabalhar com alunos com NEE?	<i>O processo de inclusão requer uma equipe de apoio nas escolas a fim de oferecer suporte aos professores especializados em educação especial. Profissionais especializados são de grande importância para assessorar as dificuldades da equipe técnica da escola.</i>	100% dos pesquisados afirmaram que não foram capacitados para o trabalho com alunos com NEE.
6-Durante a sua formação acadêmica houve alguma disciplina com ênfase a inclusão?	<i>Art. 61, LDBEN 9394/96, Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: <u>(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)</u>!</i>	46% dos entrevistados afirmaram não ter tido nenhuma disciplina específica relacionada a inclusão, no entanto 38% afirmou que teve sim acesso a informação porém pouco significativas
7-Você considera que sua formação acadêmica trouxe	<i>Art. 61 LDBEN 9394/96– a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas</i>	72% dos participantes da pesquisa informaram que não.

suporte para trabalhar com alunos com NEE?	<i>competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)</i>	
8-Além de sua formação acadêmica você possui curso de formação para trabalhar com alunos com NEE?	<i>Também os gestores escolares, diretores de escola, professores orientadores e supervisores têm um importante papel no desenvolvimento e apoio à formação e autoformação de professores (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA</i>	100% dos pesquisados afirmou que não.
9-Você já participou de algum curso de capacitação para trabalhar com alunos com NEE?	<i>Art. 67 LDBEN, § 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)</i>	100% afirmou que não e no entanto trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais.
10-Durante sua trajetória profissional você já encontrou dificuldade para trabalhar com alunos com NEE?	<i>A educação, que era parte fundamental neste processo, teve que sofrer uma radical transformação. Em todo o mundo, até aquele momento, as pessoas com deficiência haviam sido colocadas à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou simplesmente excluído do processo educativo que tinha por premissa que os alunos deveriam obedecer a padrões de normalidade. (BRASIL, 2000, p. 83)</i>	84% dos pesquisados afirmou que sim mas que tem tentado superar estas dificuldades principalmente no que se refere a metodologia de trabalho.
11-Qual foi ou é sua maior dificuldade para trabalhar com o aluno com NEE?	<i>a inclusão desafia, pois, a mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo. (FREITAS, 2006, p. 38.).</i>	Utilizar a metodologia de trabalho apropriada e entender como o aluno aprende compreendem 84% dos participantes;
12-Você como professor se sente preparado para trabalhar com aluno com NEE?	<i>Na realidade nenhum professor está totalmente preparado para trabalhar com alunos com NEE pois são muitas as diferenças e cada escola tem a possibilidade de conviver com diferentes casos.</i>	Nenhum professor respondeu estar preparado, no entanto 32% disse estar não totalmente.
13-Sobre a definição da escola a qual trabalha, perguntei se era inclusiva,	<i>“A sociedade se encontra, a cada nova geração, como que em face de uma tabula rasa, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela agregue ao ser egoísta e a-social, que</i>	54% respondeu que sua escola era inclusiva e 46% socializadora.

socializadora ou não inclusiva.	<i>acaba de nascer, uma natureza de vida moral e social. Eis aí, a obra da educação.”(DURKHEIN)</i>	
14-Indagados sobre a forma de enturmação dos alunos, considerando o que orienta uma escola inclusiva, responderam;	<p><u>Resolução nº.008 do CME/POA, de 14 de dezembro de 2006</u></p> <p><i>“No caso da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, conforme o artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 02/01, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, caberá à SMED e à escola, em diálogo, definir a enturmação desses alunos, bem como o número de alunos por turma, a partir de uma política que assegure o atendimento adequado e de qualidade aos mesmos.” (excerto da justificativa da Resolução 008/06 do CME/POA</i></p> <p><u>Resolução nº4, CNE/CEB, de 2 de outubro de 2009</u></p> <p><i>“Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.</i></p>	46% disse que as turmas eram montadas atendendo o princípio de nível de aprendizagem; 38% disseram que por idade.
15-Sobre o Projeto Político Pedagógico perguntei se apresenta ações inclusivas.	<i>“(…) a escola precisa redimensionar sua prática, portanto, é imperativo pautar sua atuação numa Gestão descentralizadora na qual as ações coletivas estejam contempladas num Projeto Pedagógico, contudo, não se deve perder de vista que o mesmo é um objeto de estudo permanente e flexível. Como diz</i>	Apenas 30% dos participantes afirmou que sim e o mais preocupante é que mais de 50% afirmou não ter.
16-Perguntei se a Proposta curricular e o planejamento de curso prevê atividades diferenciadas.	<i>Gadotti (1998, p. 16) “(...) não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo (...). O projeto pedagógico da escola é, assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”.</i>	60% disse que não e apenas 24% disse que sim e completando a pergunta número 15 16% afirmou desconhecer.
17-Indagados sobre	<i>LDBEN 9394/96 (art.58, parágrafo 3º).</i>	Somente 13 pessoas

a forma de avaliação dos alunos com NEE, perguntei como era o procedimento adotado pela escola.	<i>“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com NEEs: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino</i>	responderam a esta pergunta e a maioria informou avaliar com plano de desenvolvimento individual(PDI)
18-Sobre os recursos para trabalhar com alunos com NEE, perguntei se a escola oferecia recursos e infraestrutura ideal para trabalhar com escola inclusiva, principalmente com alunos com NEE.	<i>“incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais;”organizar e pôr em funcionamento em todos os sistemas de ensino um setor responsável pela educação especial, bem como pela administração dos recursos orçamentários específicos para o atendimento dessa modalidade, que possa atuar em parceria com os setores de saúde, assistência social, trabalho e previdência e com as organizações da sociedade civil”. Lei Fed. 10172/2001</i>	46% respondeu que não e 38% respondeu que de maneira insuficiente, sendo que destes 38% compreendem a 35% da escola municipal e 3% da escola estadual.Apenas 16% respondeu que a escola oferece.
19-Com relação ao relacionamento aluno x colega o meu objetivo era identificar se havia algum conflito entre os alunos considerados normais com aqueles que recebem atendimento especial.	De uma maneira em geral os alunos aceitam bem os diferentes, mais ainda há dificuldades para socialização principalmente durante a realização de trabalhos em equipes, existem alunos que não aceitam que aprendem de maneira mais lenta.	A maioria afirmou que não existe problema entre esses alunos, pelo contrário, são os alunos que demonstram aceitar mais as diversidades e que muito raramente há um problema de relacionamento entre eles, sobretudo com aqueles com dificuldades mais acentuadas.
20-Na relação família escola, o meu objetivo era identificar se a família dos alunos com NEE apoiava a escola e se participava ativamente da vida dos alunos.	<i>Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração às condições em que eles vêm existindo (...), (FREIRE, 1997, p. 71).</i> <i>Art.55 LDBEN: Os pais e responsáveis tem a obrigação de matricular os seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.</i> <i>“A distância entre o nível de desenvolvimento que se costuma</i>	68% disse que a família participa não como deveria e 24% disse que a família não participa com as seguintes considerações: não estão preparadas para atender ou mesmo ignoram o problema do aluno. Como a

	<i>determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou de um companheiro mais capazes. Vygotsky, 1989, p.97</i>	obrigatoriedade legal é o ato de matricular os filhos na escola, os pais, em sua maioria se sentem isentos a responsabilidade de auxiliar e acompanhar os filhos na escola;
--	---	---

4.3-Questionário

Gráfico 1 - Pergunta n. 1

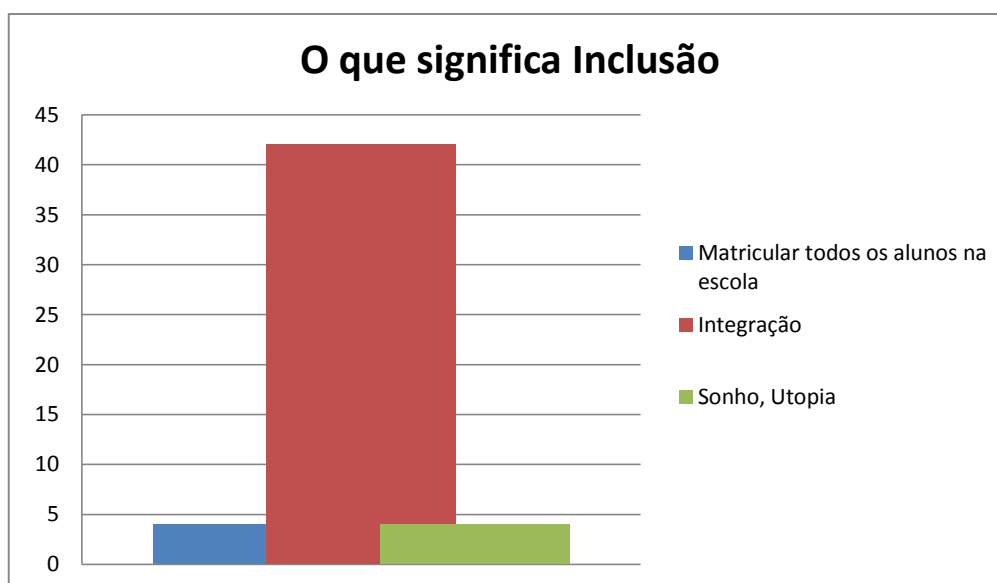


Gráfico 2 - Pergunta n.2



Gráfico 3 - Pergunta n.3

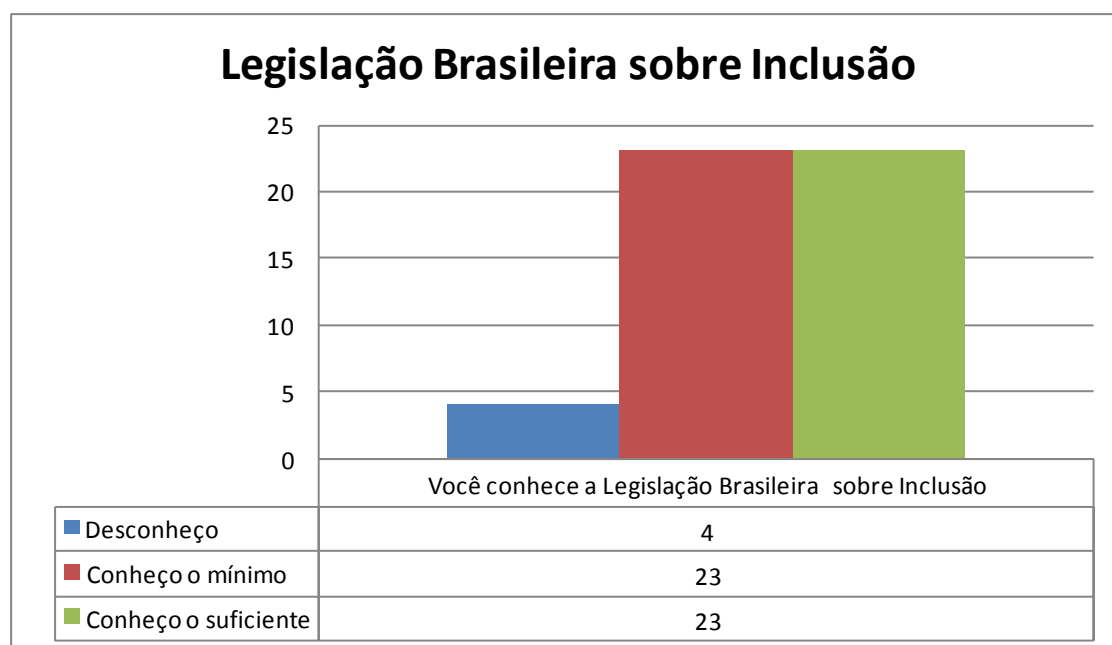


Gráfico 4 - Pergunta n.4

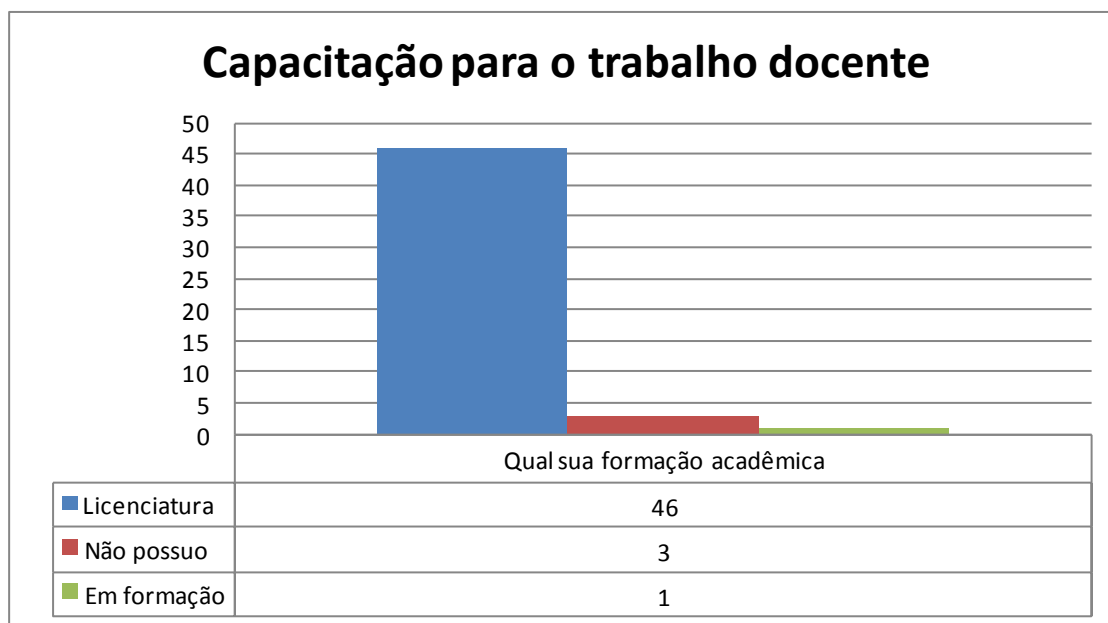


Gráfico 5 - Pergunta n.5

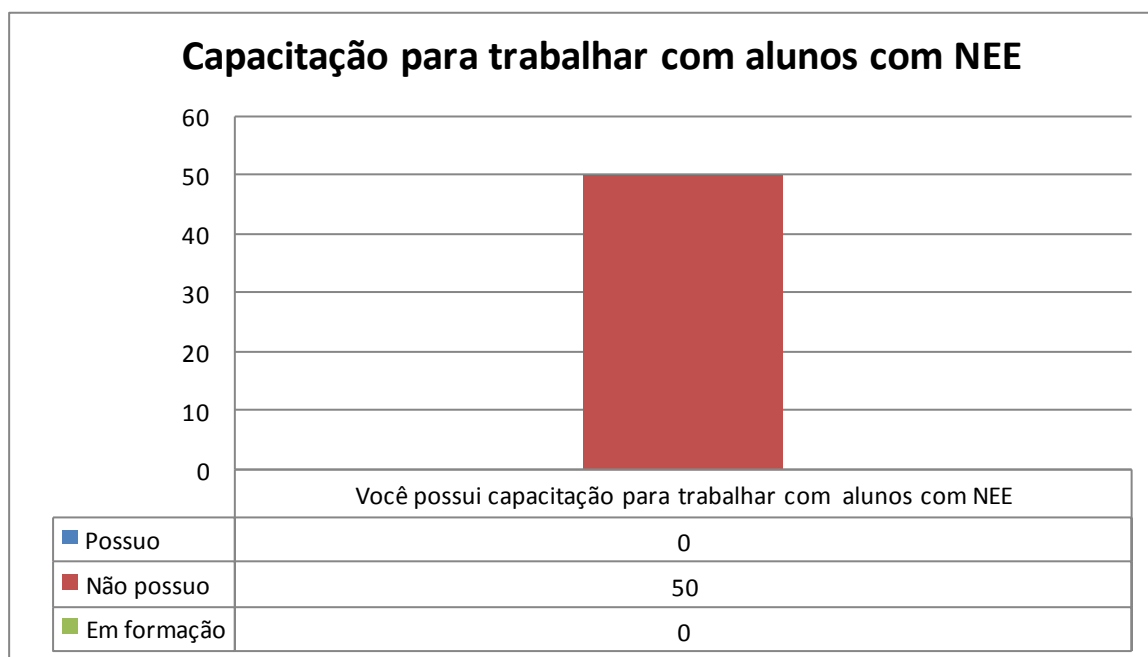


Gráfico 6 - Pergunta n.6

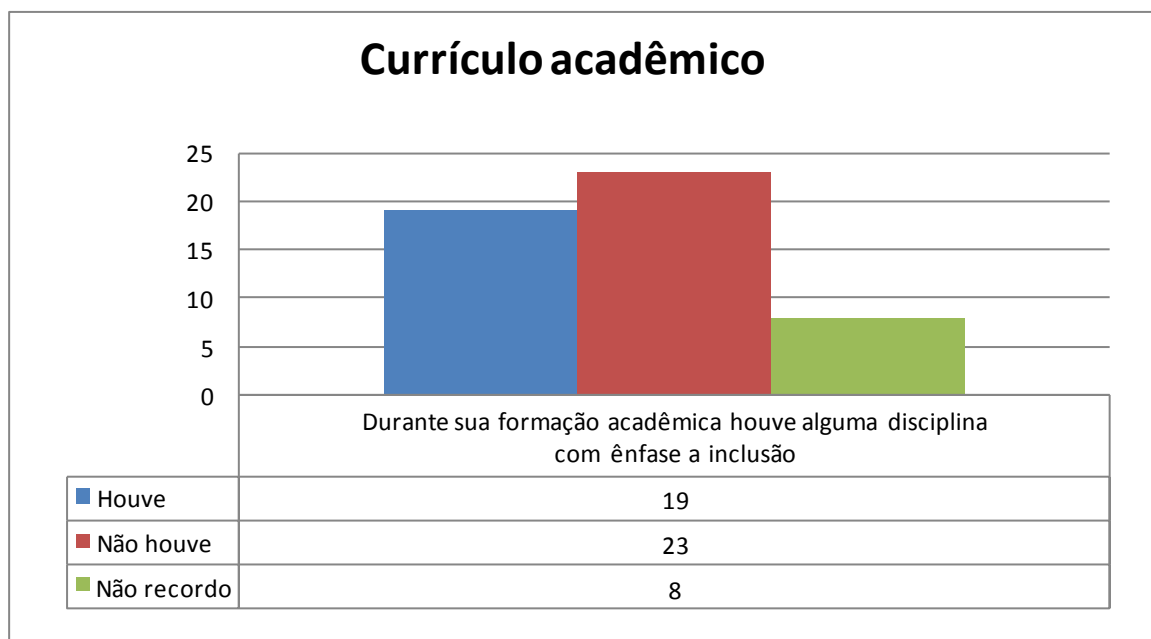


Gráfico 7 - Pergunta n.7

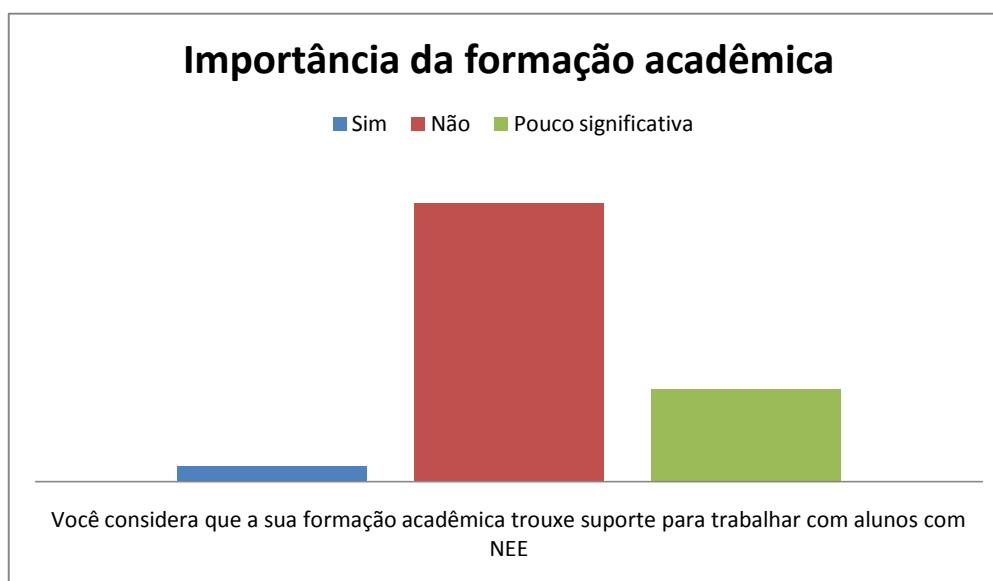


Gráfico 8 - Questão n.8

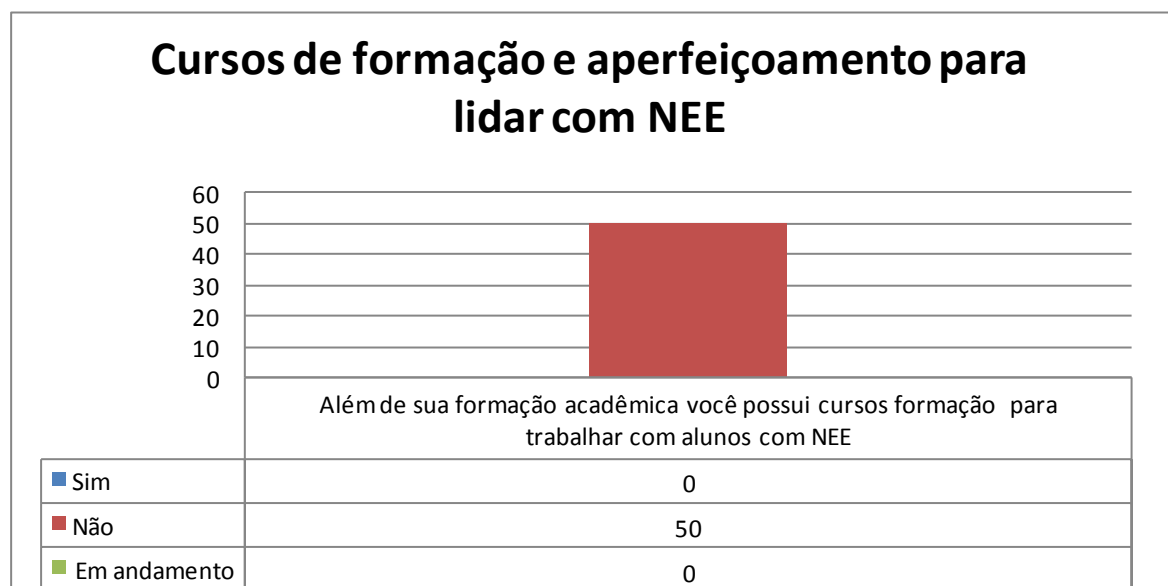


Gráfico 9 - Pergunta n.9

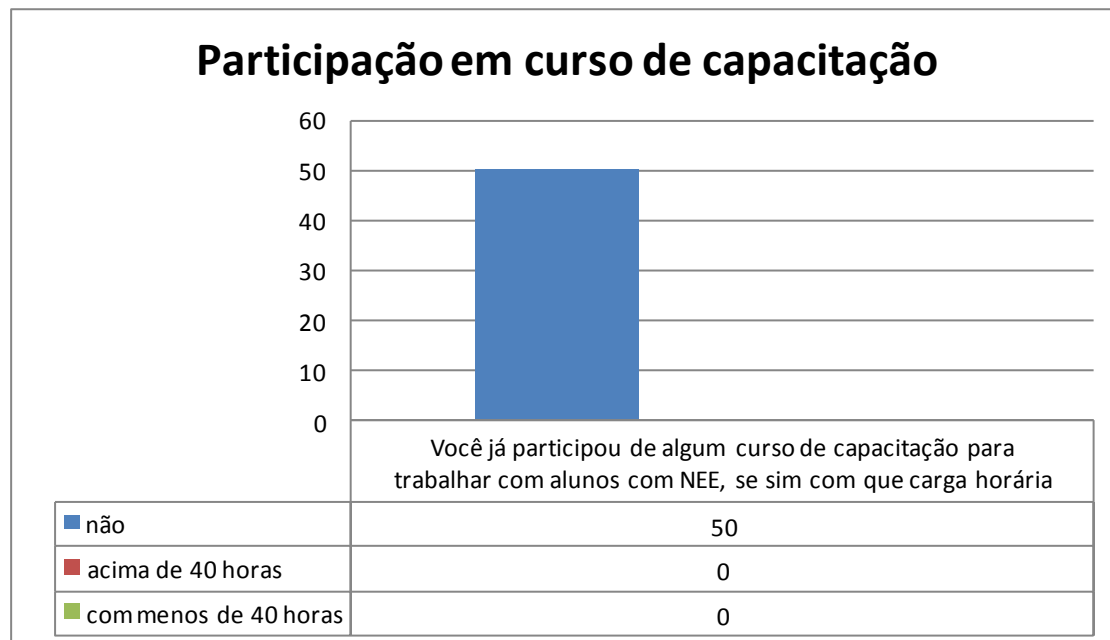


Gráfico 10 - Pergunta n.10

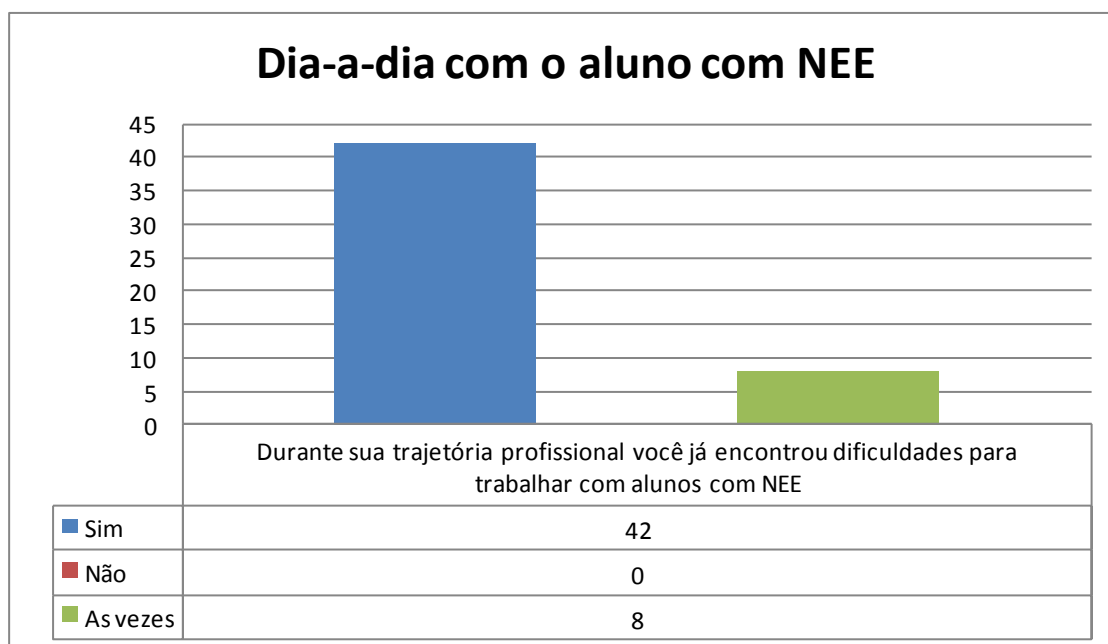


Gráfico 11 - Pergunta n.11

A profissão e suas dificuldades

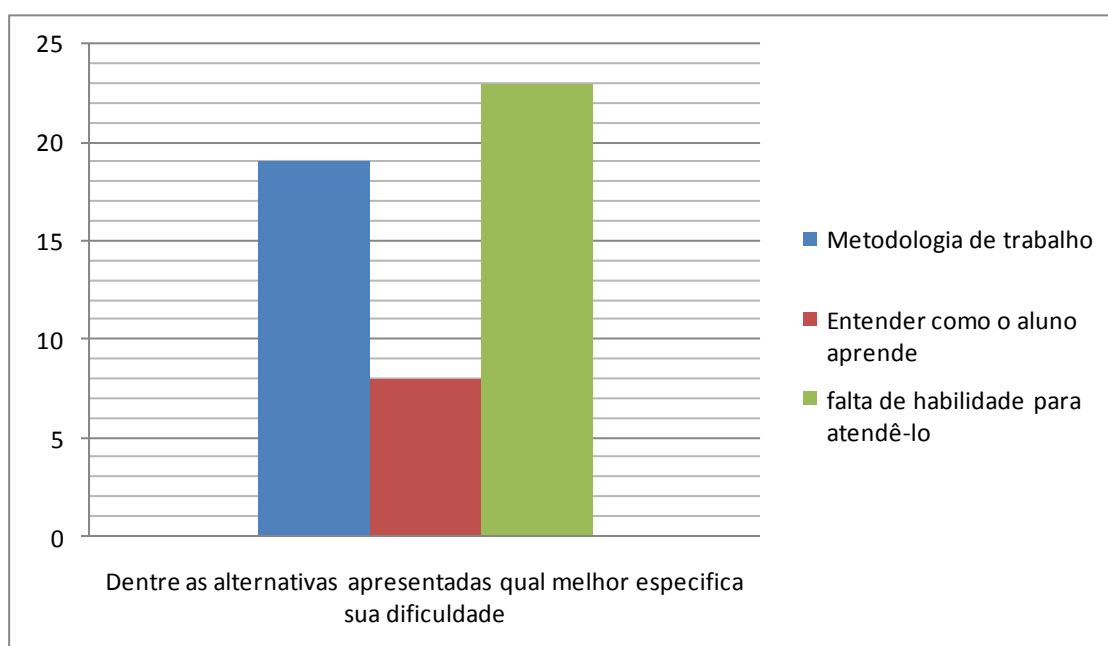


Gráfico 12 - Pergunta n.12

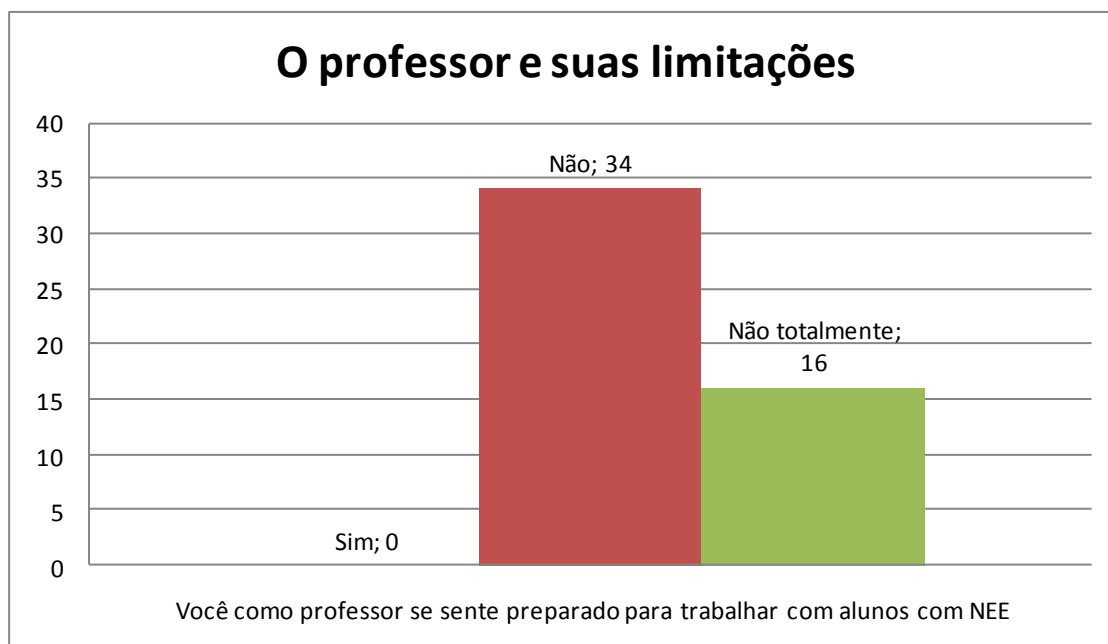


Gráfico 13 - Pergunta n.13

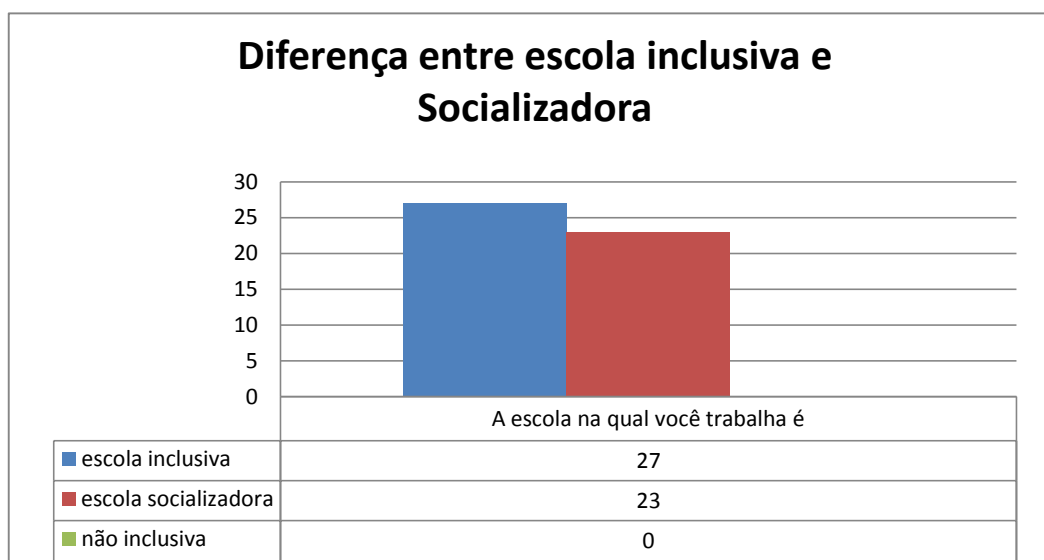


Gráfico 14 - Pergunta n.14

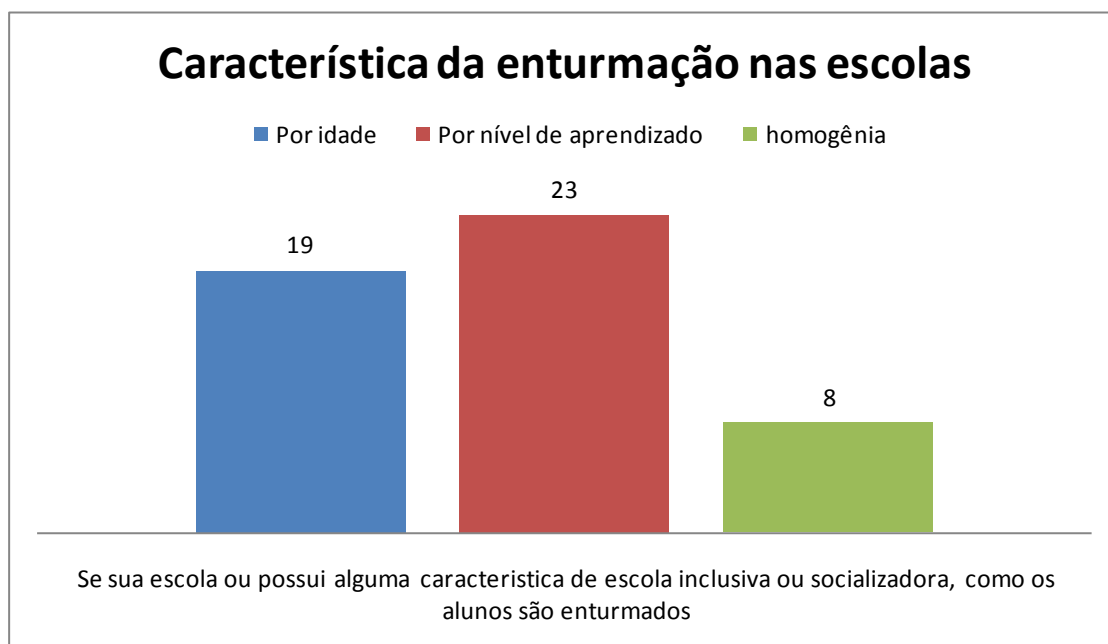


Gráfico 15 - Pergunta n.15

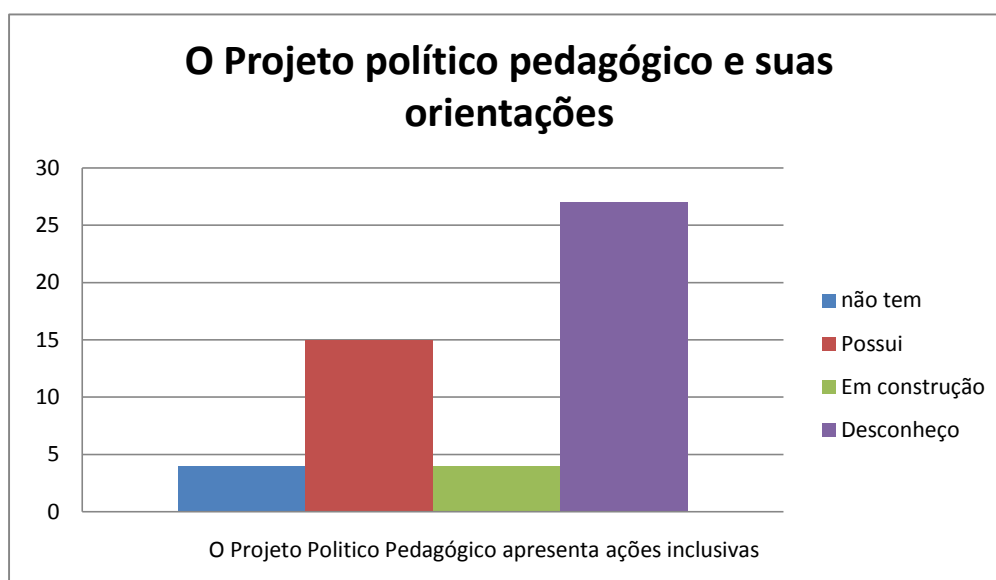


Gráfico 16 - Pergunta n.16

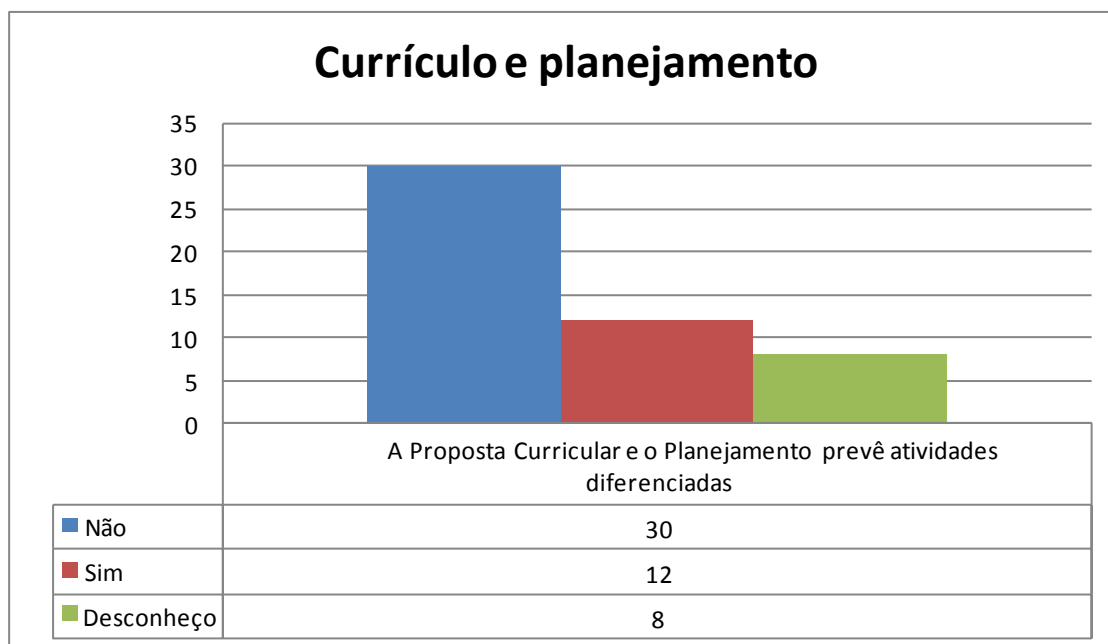


Gráfico 17 - Pergunta n.17

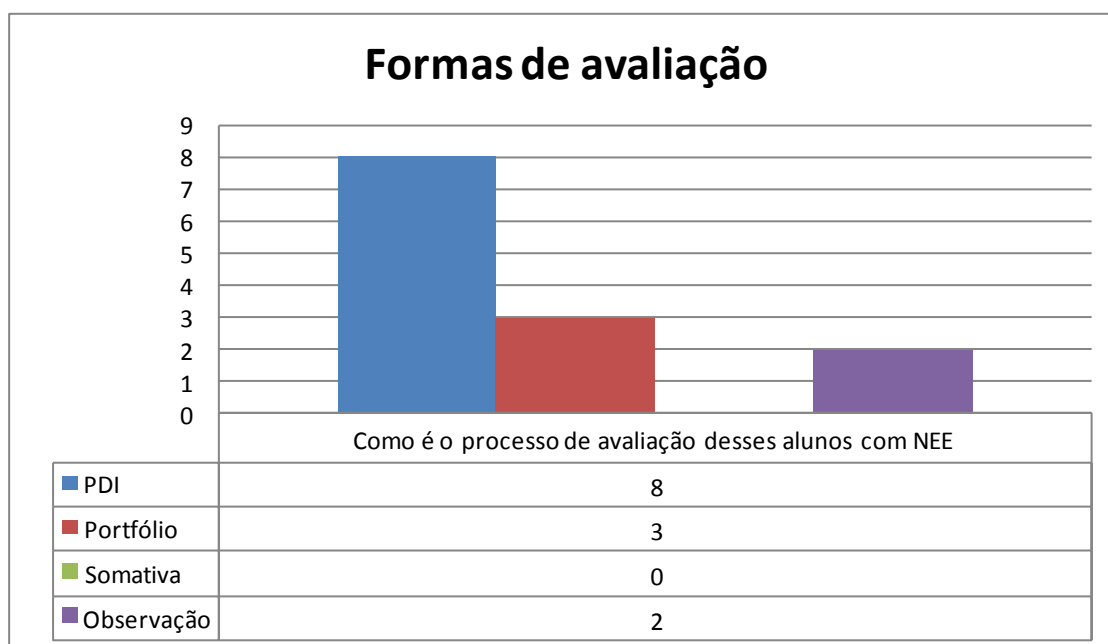


Gráfico 18 - Pergunta n.18

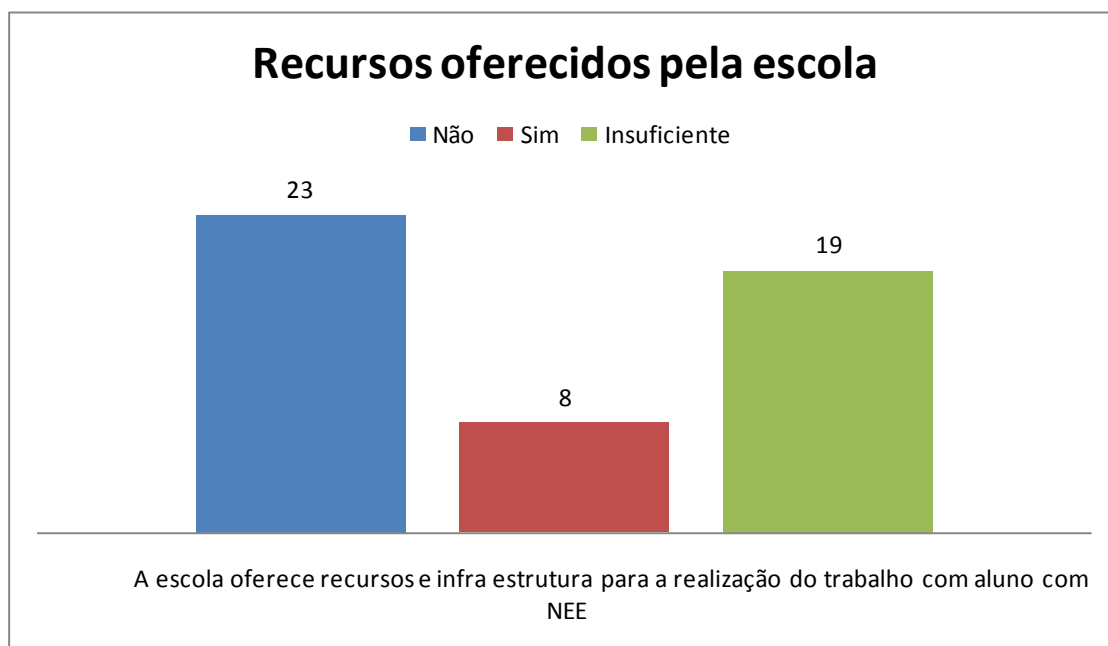


Gráfico 19 - Pergunta n.19

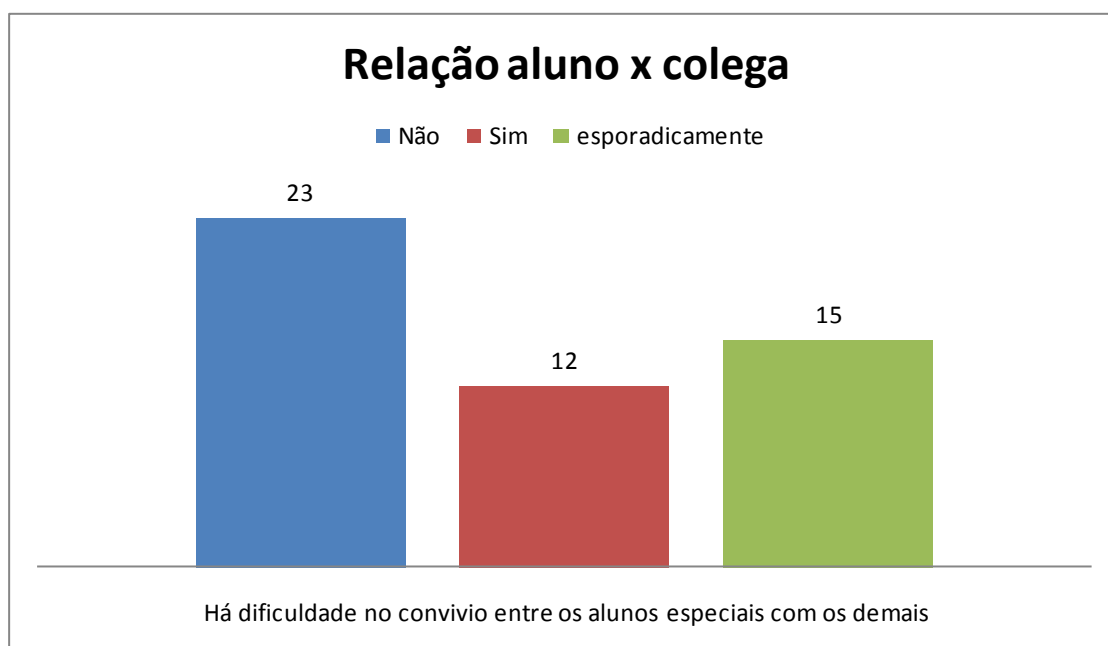
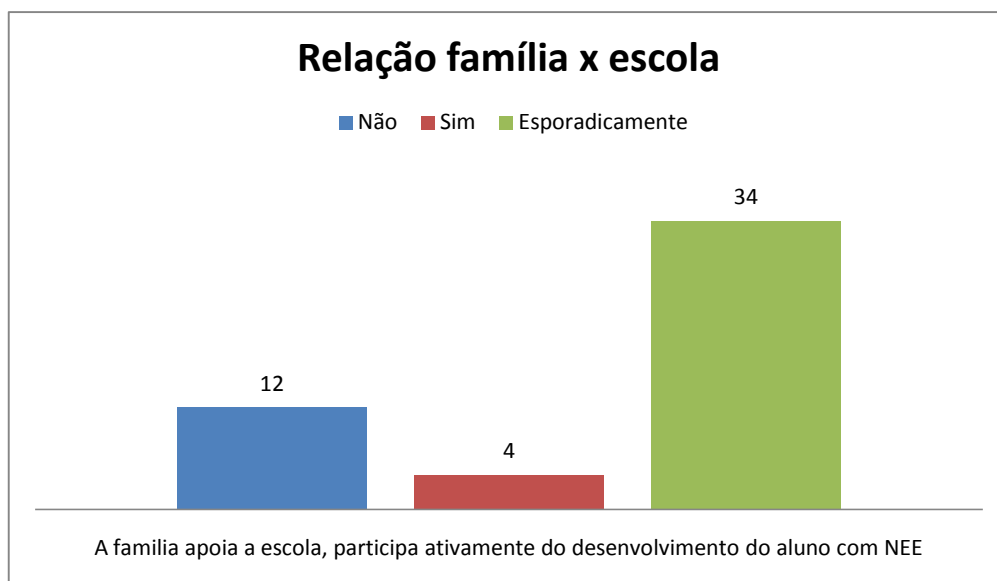


Gráfico 20 - Pergunta n.20



V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A igualdade entendida como diversidade, como desenvolvimento das potencialidades educacionais através de uma oferta múltipla, pressupõe uma escolha decidida da integração escolar.” Gortázar (1995, p.324)

Colocar em prática o que estabelece a legislação educacional e os acordos internacionais no que se refere ao desenvolvimento de um projeto educacional alicerçado na ideia da inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles com necessidades educativas especiais dependem não só da boa prática ou excelente formação do professor. É necessário ter a visão de que incluir com a finalidade educacional exige atitude e colaboração dos colegas em relação aos alunos integrados, a família, a comunidade, fatores socioeconômicos e socioculturais e, sobretudo de entender e por em prática a legislação educacional.

Para facilitar e favorecer o processo da inclusão, a escola tem um papel fundamental como: fornecer materiais didáticos adaptados, oferecer cursos aos educadores com a finalidade de conhecer novas práticas de ensino. Outro aspecto essencial é a adaptação no currículo escolar que deve ser preparado de forma distinta para cada instituição educacional, sendo baseado de acordo com as necessidades e possibilidade de cada escola, tendo sensibilidade para as diferenças criando alternativas para que o professor possa aplicar e aprimorar o conhecimento a respeito da diversidade dos alunos além de desenvolver suas habilidades de ensino.

Outro ponto importante para tornar possível a inclusão é a garantia de que haja investimento em formação continuada de professores e que esta formação ofereça condições necessárias para que as práticas inclusivas sejam positivas, pois o professor ao se sentir pouco competente pode vir a desenvolver além de expectativas negativas, menor interação e atenção dos alunos. Neste aspecto a formação do professor deve estar alicerçada no estabelecimento de parcerias entre os envolvidos no processo educativo - dentro e fora da escola - e na criação e compreensão de enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento.

É necessário ainda que a formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar das teorias da formação geral de professores que enfatizam envolvimento de múltiplos saberes - formação pessoal e profissional produzidos pelas ciências humanas da educação; saberes disciplinares - formação inicial e continuada nas diferentes áreas do conhecimento; saberes curriculares relacionados ao projeto de ensino - aos conteúdos, métodos, técnicas de ensino para a formação dos alunos; a proposta no âmbito da escola - os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura. Além do mais devem: aprofundar o conhecimento relativo às pessoas com necessidades educacionais especiais, suas necessidades, a formação da identidade, o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e intelectual; avaliar as necessidades específicas e educacionais especiais; dominar as metodologias específicas e as estratégias didático-metodológicas de acesso ao conhecimento, às artes e à cultura.

Considerando que a Escola Inclusiva cumpre sua missão quando os princípios, política e ações correspondem aos critérios que a norteiam e fundamentem um sistema de ensino que possa abranger todos os alunos, independente de suas diferenças, é evidente que muito ainda precisa ser feito para que a educação proposta em leis, e acima de tudo, a educação inclusiva que a sociedade anseia e merece seja realidade. Mas as instituições de ensino pesquisadas conseguiram atender em parte as necessidades básicas propostas nas bibliografias pesquisadas, como por exemplo, que nenhuma matrícula deve ser indeferido por esta ou aquela dificuldade apresentada pelo educando, mesmo que esta matrícula seja aceita com o intuito apenas da socialização.

O desafio que enfrentam as escolas é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança e no adolescente, capaz de educar a todos, com sucesso, inclusive aqueles que necessitam de atendimento educacional muito especial sem afastá-lo do convívio positivo, socializador e inclusivo.

Esta inclusão vista como um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola regular, provoca a melhoria da qualidade da educação básica, pois para que todos alunos com ou sem necessidades educacionais especiais possam exercer o direito a educação em sua plenitude, é indispensável que a escola aprimore suas

práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário sob pena dos alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometimento com o tempo que é muito válido e irreversível na vida dos alunos, que é o seu momento de desenvolvimento.

Apesar de que há nas escolas resistência para atender alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas regulares e se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos professores para esse fim. Existe ainda em um grupo até significativo de professores a ideia de que esses alunos não apresentar desempenho satisfatório, especialmente os alunos com NEE graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais discriminados de que se estivesse em classes especiais.

As duas escolas pesquisadas estão longe de se tornarem escolas inclusivas. O que pode ser observado é a existência, especialmente na escola municipal, é de desenvolvimento de projetos de inclusão parcial, os quais não estão relacionados a mudanças significativas nesta instituição e continua a atender aos alunos em espaço escolares semi-segregados. Fato ainda mais grave ocorre na escola estadual: a escola é totalmente desprovida de recursos para atendimento a aluno com NEE mesmo aquelas mais simples como baixa visão, pois até mesmo a parte de iluminação da escola é extremamente ruim, mesmo o acesso as salas é dificultado.

Entretanto para melhorar as condições pelas quais o ensino é ministrado nas duas escolas visando uma inclusão total que abranja; universalizar o acesso, a permanência e o prosseguimento do ensino, ou seja, a inclusão incondicional a todos os alunos preferencialmente em turmas regulares não é necessário fazer nenhuma mágica mas a adoção de alternativas simples que é a conscientização da necessidade das escolas se abrirem incondicionalmente as diferenças buscando melhorar a qualidade da educação com alternativa simples: investir na capacitação de professores e investir nas salas de apoio.

A transformação da escola não é, portanto uma mera exigência para que possa acontecer a Inclusão escolar de maneira total, deve ser entendida como um compromisso inadiável com a sociedade de uma maneira em geral, pois trará como

consequência, condições básica para se caminhar na direção das escolas acolhedoras.

Se fôssemos pensar para quem a educação inclusiva se destina certamente chegaríamos à conclusão de que ela se destina a todos que se colocarem na condição de aluno: é necessário colocar os alunos na escola regular e investir em recursos que possam influir na sua organização para que possa responder às necessidades educacionais que cada um apresenta, seja de atendimento para a educação infantil, Ensino Fundamental e Médio ou mesmo no oferecimento de educação de jovens e adultos.

É necessário pensar que o problema de atendimento às diversidades é problema da escola e não deve ser focado apenas no aluno ou no professor, pois se for focado como um problema que é da escola e esta, com um grupo de professores, organização de recursos terá mais facilidade para encontrar, no seu conjunto, as soluções responsáveis que respondam às necessidades de todo o universo de alunos.

É importante levar em consideração que as escolas não possuem estrutura física adequada para atender às diversidades de alunos. Nas escolas existem problemas difíceis de resolver como a questão da localização em áreas elevadas ou mesmo aquelas com escadas. Seria importante a presença de professores no momento da aprovação de um projeto de uma escola, principalmente para uma área muito acidentada, pois o simples fato de uma escola dificultar a chegada a sala de aula já é um grande empecilho para a inclusão, neste aspecto é importante fazer cumprir as orientações do Decreto 5296/2004.

De certa forma a política de inclusão está tomando forma, poderia se dizer que está praticamente definida, mas o mais importante é trabalhar para que esta política possa ser colocada em prática, fundamental para transformar a gestão e as práticas de ensino e isto só será possível a medida em que as ações forem implementadas com o objetivo trazer o benefício da inclusão na escola não só para as crianças da escola chamada regular mas também para todas as crianças com NEE com garantia de escolarização de qualidade a toda comunidade escolar .

O mérito das escolas pesquisadas não está só na tentativa de dispensar educação de qualidade a todos os alunos e sim no desprendimento da acolhida:

independente dos recursos disponíveis, seja material ou humano, entre erros e acertos todos tem seu espaço garantido seja para a inclusão ou socialização. Além de que há um entendimento geral entre os gestores educacionais e dos professores de que é necessário utilizar novos instrumentos pedagógicos, aprender a adaptar novos instrumentos e a usar novos métodos de avaliação e, sobretudo conscientizar de que não existe diferente para a área educacional, o que existe é um novo desafio: incluir sem distinção.

É necessário que a sociedade esteja preparada para que a inclusão seja de fato uma realidade nas escolas. É preciso que as escolas estejam prontas para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais, é necessário que ocorra uma aceitação da inclusão de ambos os lados “sociedade e alunos com necessidade educacionais especiais”. É fundamental que haja uma mudança de mentalidade a respeito do que significa de fato incluir, romper com a ideia da “socialização” e investir com intervenções sérias para que haja transformação na educação, que ela seja de fato uma educação para todos.

Considero importante continuar a investigar os porquês do processo de inclusão não caminhar como tem sido as determinações internacionais. Minhas principais indagações foram respondidas, no entanto não ficou claro o porquê da lentidão em investir em capacitação de professores. Entendo que um dos campos a investigar é com relação a visão dos pais e alunos com relação a qual é o valor investido e nos estados e municípios em formação e capacitação de professores.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S; **FLEITH**, D. S. *Superdotados: Determinantes, educação e ajustamento*. 2. ed. (revista e ampliada). São Paulo: EPU, 2001;

ARANHA, M.L. DE A. *Historia da Educação*. SP Moderna, 1996;

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006;

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988;

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994;

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem;

BRASIL. *Decreto Nº 3.956*, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001;

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação*: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007;

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Nº 2.678*, de 24 de setembro de 2002;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares: Adaptações Curriculares-estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1999;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Lei Nº. 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais* – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006;

BRASIL. Ministério Público Federal. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino*. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004;

CARVALHO, M. F. *Conhecimento e vida na escola: convivendo com as diferenças*. Campinas, SP: Autores Associados: Itujui, RS: UNIJUI, 2006;

COLL, Cesar et al. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educacionais Especiais*. Artmed, 2.ed, vol.3, 2004;

Daniele Nunes Henrique Silva, Julia Cristina Coelho Ribeiro, Gabriela Mieto, O aluno com deficiência intelectual na sala de aula: considerações da perspectiva histórico -cultural, Mod ;.

DOU,N.232 DE 03/12/2004, Brasília, Decreto -lei 5296 de 2 de dezembro de 2004, Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade;

EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981;

FRANCO, L. A. C. *A Disciplina na escola* in Ver.SP, And, 1986;

KELMAN, C A, *A pessoa com surdez na escola*, Mód. 6, Processos de Ensino Aprendizagem de Alunos com Necessidades educacionais Especiais, 2010;

LUDKE, Menga; **ANDRÉ**, Marli. *Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso*. In: . **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E. P. V., 2003, p. 11-24;

MANTOAN, Maria Teresa Egler. *A integração de Pessoas com Deficiência*. Memnon, SP, 1997;

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: Contextos sociais*. Artmed, SP,2003;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006;

PILETTI, Claudino, *Didática Geral*, Ática, 11ª ed., São Paulo, 1990

SANTOS, P. F.; BARBATO, S. *Concepções de professores sobre a inclusão escolar de alunos com distúrbios neuromotores*. *Linhas Críticas*. UnB, v. 12, p. 245-261, 2006;

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão - Construindo uma sociedade para todos*. WVA, RJ, 1997;

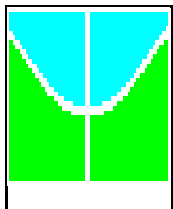
SOUZA, Rita de Cássia e Silva, Greice Santos. *Desafios do Educador Inclusivo Frente a Diversidade e a Inclusão*. Revista da FAGED N.09,2005;

UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990;

VIGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANEXOS

1-Termo de consentimento livre e esclarecido

	<p>Universidade de Brasília – UnB Instituto de Psicologia – IP Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar</p>
---	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre os DISPOSITIVOS LEGAIS DA INCLUSÃO. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa a realização de entrevistas transcritas e (gravadas em áudio) e aplicação de questionários com os professores no intuito de compreender como os docentes envolvidos em processos inclusivos pensam sobre: 1) inclusão; 2) legislação pertinente a Inclusão; 3) prática dos educadores nas escolas regulares; 4) atendimento satisfatório às pessoas com necessidades especiais; 5) as propostas pedagógicas das escolas estão adaptadas para atender esta demanda de alunos com projetos, salas e equipamentos; 6) participação em cursos de capacitação; 7) apoio dos órgãos competentes, principalmente com aqueles diretamente envolvidos com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar no endereço eletrônico: malito:fleith@unb Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Cleuzelene Fernandes de Souza

Orientanda do Curso de de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB)

GRUPO DE PROFESSORES QUE PARTICIPARÁ DA ENTREVISTA

Concorda em participar do estudo? (☐) Sim (☐) Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

Concorda em participar do estudo? (☐) Sim (☐) Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

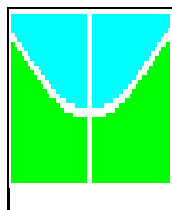
Concorda em participar do estudo? (☐) Sim (☐) Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

2- Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

A(o) Diretor(a)

Escola

.....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade Aberta do Brasil - UAB.

No momento estamos iniciando a fase de construção das monografias que representam requisito parcial para a conclusão do curso. Para elas, exige-se a realização de um estudo empírico sobre temas relacionados à inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; questionários; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Esse trabalho específico será realizado pela Professora/cursista **Cleuzelene Fernandes de Souza** sob orientação da Prof.^a Mestra Susana Silva Carvalho. O

tema é Dispositivos Legais da Inclusão, o que torna a escola sob sua direção contexto propício para construção de conhecimentos na área.

Nesse sentido, venho solicitar sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa na
Asseguramos que os aspectos de ordem ética – garantia de sigilo das entrevistas e observações e autorização para utilização do gravador – serão rigorosamente respeitados em todas as atividades propostas.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones (061) ou pelo e-mail diva@unb.br

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

.....

Termo de Aceite

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome do diretor _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

Carimbo da instituição

3-Questionário para entrevista

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

O objetivo desta pesquisa é identificar os fatores que contribuem, impedem ou interferem que o processo de inclusão avance, ou seja de fato, uma realidade em algumas escolas publicas, especificamente da rede regular de ensino.

■

“Visão de inclusão”:

- 1-Na sua visão o que significa inclusão?
- 2-O que faz uma escola ser inclusiva?
- 3- E a escola integra ou inclui?.
- 4-Você conhece a Legislação Brasileira que versa sobre a Inclusão?

“Capacitação do trabalho docente”:

- 5-Qual a sua formação acadêmica?
- 6-Na sua formação acadêmica houve em alguma disciplina ênfase a inclusão?
- 7-Você considera que a sua formação acadêmica trouxe suporte para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?
- 8-Além de sua formação acadêmica você possui cursos de formação para trabalhar com alunos com NEE?
- 9-Você já participou de algum curso de capacitação para trabalhar com alunos com NEE? Quantos?Com que carga horária?
- 10-Você no âmbito profissional tem dificuldades para trabalhar com os alunos com NEE? Quais?
- 11-Você como professor (a) sente-se preparado (a) para trabalhar com aluno com NEE?
- 12-Como você definiria uma escola inclusiva e uma socializadora?
- 13-A escola na qual você trabalha é uma escola inclusiva ou socializadora?
- 14-Se sua escola é inclusiva como os alunos são enturmados?
- 15-Como é realizado o trabalho docente na escola quanto à inclusão social?
- 16- O projeto político pedagógico de sua escola foi elaborado dentro de uma perspectiva inclusiva?

17-A proposta curricular e o planejamento prevê atividades diferenciadas?

18-Como é o processo de avaliação destes alunos?

19-O que mais contribui para um melhor desempenho dos professores frente aos alunos com NEE.

“Recursos oferecidos pela Instituição”:

20-A escola oferece recursos para realização do trabalho com aluno com NEE?. Quais?

21-A escola oferece infra estrutura para receber os alunos com NEE?

22-A escola recebe apoio das Secretarias Municipais e Estaduais da Educação para trabalhar com alunos com NEE? De que maneira?

23-De quem é a responsabilidade de capacitação dos professores de sua escola? Escola? Governo? Professores?

“Relação aluno x colega”:

24-Há dificuldade no convívio dos alunos especiais com os demais da turma?

“Relação família x escola”:

25-A família apóia a escola, participa ativamente do desenvolvimento do aluno com NEE?

Este questionário será objeto para entrevista de 5 professores do anos iniciais e 5 dos anos finais do Ensino Fundamental que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais a mais de três anos em uma escola Estadual e uma Municipal de Ipatinga-MG

4 -QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

Prezados senhores;

- Solicito a contribuição dos senhores respondendo a este questionário.
- O objetivo desta pesquisa será identificar os fatores que contribuem, impedem ou interferem que o processo de inclusão avance ou seja de fato uma realidade em algumas escolas públicas, especificamente da rede regular de ensino.
- A consolidação dos dados será objeto para análise em uma monografia para o curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar.
- Grata,
- Cleuzelene Fernandes de Souza

Conceito de Inclusão

1-Na sua visão o que significa inclusão escolar?

() matricular todos os alunos na escola () Integração () sonho,utopia

2-O que faz uma escola ser inclusiva?

() aceitação das diversidades () Cumprimento da legislação () MEC

3- Você conhece a Legislação Brasileira sobre a Inclusão?

() desconheço () conheço o mínimo ()conheço o suficiente,

“Capacitação do trabalho docente”:

4-Qual a sua formação acadêmica?

() Licenciatura () Não possui () Em formação

5-Você possui capacitação para trabalhar com alunos com NEE?

() Possui () Não possui () Em formação

6-Na sua formação acadêmica houve alguma disciplina com ênfase a inclusão?

() Houve () Não houve () Não recordo

7-Você considera que a sua formação acadêmica trouxe suporte para trabalhar com alunos com NEE?

() Sim () Não () pouco significativa

8-Além de sua formação acadêmica você possui cursos de formação para trabalhar com alunos com NEE?

() Sim () Não () em andamento

9-Você já participou de algum curso de capacitação para trabalhar com alunos com NEE? Se sim com que carga horária?

() não () Sim, acima de 40 horas () Sim, com menos de 40 horas

10-Durante sua trajetória profissional você já encontrou dificuldades para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

() Sim () Não () as vezes

11-Dentre as alternativas abaixo qual melhor especifica sua dificuldade?

() Metodologia de trabalho () Entender como o aluno aprende

() falta de habilidade para atendê-lo

12-Você como professor (a) sente-se preparado(a) para trabalhar com aluno com NEE?

() Sim () Não () não totalmente

13-A escola na qual você trabalha é:

☐ escola inclusiva ☐ escola socializadora ☐ não inclusiva

14-Se sua escola é inclusiva como os alunos são enturmados?

☐ por idade ☐ por nível de aprendizado ☐ homogeneia

15-O projeto político pedagógico de sua escola apresenta ações inclusivas?

☐ Não tem ☐ Possui ☐ Em construção ☐ Desconheço

16-A proposta curricular e o planejamento prevê atividades diferenciadas?

☐ Não ☐ Sim ☐ Desconheço

17-Como é o processo de avaliação destes alunos?

☐ PDI ☐ Portfólio ☐ Somativa ☐ Observação.

“Recursos oferecidos pela Instituição”:

18-A escola oferece recursos e infra estrutura para realização do trabalho com aluno com NEE?

☐ Não ☐ Sim ☐ Insuficiente

“Relação aluno x colega”:

19-Há dificuldade no convívio entre os alunos especiais com os demais?

☐ Não ☐ sim ☐ esporadicamente

“Relação família x escola”:

20-A família apoia a escola, participa ativamente do desenvolvimento do aluno com NEE?

☐ Não ☐ Sim ☐ Esporadicamente

<p>Este questionário será aplicado para 25 professores do anos iniciais e 25 dos anos finais do Ensino Fundamental que trabalham em uma escola Estadual e outra Municipal de Ipatinga a mais de cinco anos, que trabalhem ou não com alunos com necessidades educacionais especiais.</p>
